



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

**EDITAL (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO)  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026**

**1. PREÂMBULO**

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**, através do Departamento de Licitações e Contratos, sediada na Praça José Dantas, S/N – Centro, Heliópolis – Bahia, representado pelo seu Prefeito o Sr. José Mendonça Dantas e por meio do Departamento de Licitações e Contratos do Município, realizará **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICO**, pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei Nº 14.133/2021, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam as definições e demais legislação aplicável.

1.1. O pregão será realizado pelo Pregoeiro Oficial o Srº **CLEISON MATOS GUERRA**, matrícula Nº 5.200, designado pelo Decreto Municipal Nº 038, de 07 de janeiro de 2025 e Equipe de Apoio constituída pelos servidores: **ELIEL DE OLIVEIRA SANTANA**, matrícula Nº 3.613 e **GILMÁRIA BARBOSA FILHA**, matrícula Nº 123.

1.1.2. A sessão de pregão será realizada conforme informações abaixo:

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

Data: **02 de março de 2026.**

Horário da Sessão: **09h00min (Horário de Brasília)**

Local: <https://licitanet.com.br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor Preço Por Item**

MODO DE DISPUTA: **Aberto**

1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.3. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras da Prefeitura Municipal de Heliópolis – Bahia, através da plataforma eletrônica <https://licitanet.com.br/>.

**2. OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

2.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de Materiais de Construção, Elétricos, Hidráulicos e Ferramentas, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social de Heliópolis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.**

2.2. A licitação será dividida em grupos, formados **por itens**, conforme planilhas constantes do Termo de Referência – Anexo II deste edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos e itens forem do seu interesse.

2.3. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos está indicado no Termo de Referência, Anexo II do Edital.

**3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. **PODERÁ PARTICIPAR** desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.1.1. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção “DA HABILITAÇÃO”.

3.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:**

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021 (Art. 9º - § 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria).

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação.

3.3.6. Que se enquadrem nas seguintes vedações (**Art. 14 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021**):

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.3.8. Sociedades cooperativas.

**3.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ NO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

3.4.1. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Nº 14.133/2021, nos limites previstos da Lei Complementar Nº 123/2006 e do Decreto Federal Nº 8.538/2015.

3.4.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente gozam de prioridade de contratação, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, benefício que se estabelece em face das peculiaridades locais e regionais, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

3.4.1.1.1. Entende-se por empresas sediadas localmente aquelas que estejam localizadas em Heliópolis/BA, e empresas regionais aquelas situadas na microrregião de Ribeira do Pombal.

3.4.2. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

3.4.3. Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

3.4.4. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.5. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

3.4.6. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

3.4.9. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.6. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

### **3.7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO:**

3.7.1. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.7.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.7.3. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.7.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante,



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

3.7.5. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.7.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

3.7.7. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.7.8. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.7.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

**3.8. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.**

3.8.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.8.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.8.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

3.8.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.8.5. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.8.6. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar Nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-59

4.1.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

4.1.2. Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

4.1.3. Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, PDF'S originais dos órgãos emissores em formato "PDF". Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade (Art. 64, da Lei 14.133/2021).

4.1.4. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.**

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação (Pregoeiro) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. Para aceitabilidade da proposta, o (a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, após o término da etapa de lances, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo II, deste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

a) PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

b) PREÇO UNITÁRIO E TOTAL PARA O OBJETO LICITADO, fixo e irreajustável, limitado a 02 (duas) casas decimais, numérico e por extenso, expresso em moeda nacional;

c) DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: manutenção, seguro,





**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

equipamentos, impostos e taxas e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do Fornecimento. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

d) RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

5.2. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

5.3. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo todas as informações necessárias à perfeita compreensão dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

5.5. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo “Informações Adicionais” ou anexá-las no campo apropriado do sistema **LICITANET**, sob pena de desclassificação e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de fornecimento, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

5.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

5.7. O (A) Licitante vencedor(a) do certame poderá apresentar com a sua proposta de preços a PLANILHA DE CUSTO, contendo composição clara do preço, todos os insumos, encargos em geral e lucro em relação ao preço final.

Deverá ser apresentado uma planilha de precificação do produto ofertado, a planilha deverá conter todos os custos envolvidos na produção e comercialização do produto, incluindo, mas não se limitando a custos com matéria-prima, mão de obra, transporte, tributos, encargos sociais, despesas administrativas, lucro e outros custos diretos e indiretos. A planilha deverá ser apresentada em formato eletrônico, preferencialmente em formato editável, juntamente com os documentos de habilitação

5.8. Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), não poderá conter nenhum tipo de informação (logomarca, CNPJ, nome do(a) representante, telefone, endereço) que identifique a interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório, observando-se que tal exigência refere-se apenas as informações inseridas nos **campos do sistema** (proposta inicial alimentada no sistema); os arquivos em “PDF” poderão seguir a formatação padrão do licitante incluindo dados da proponente (cabeçalho e demais dados pessoais), vez que os mesmos só ficarão disponíveis após fase de lances.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre O Agente de Contratação (Pregoeiro) e os licitantes. O Chat de mensagem, a critério do Agente de Contratação poderá ficar inativo ou ativo conforme o caso e necessidade.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. A disputa ocorrerá pelo valor **UNITÁRIO DO ITEM**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo igual ou superior aos valores definidos e especificados na tabela de itens do Termo de Referência deste Edital.

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item “6.14”, observando-se o seguinte:

6.15.1. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

6.15.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.2. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.15.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.15.2.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.15.2.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.15.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.15.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.3. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.15.3.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.15.3., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.





**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

6.15.3.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.3.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.3.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.3.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.3.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.15.10. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. Identificadas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123, de 2006](#), conforme regulamento específico.

6.15.11. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.15.12. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA  
CNPJ: 13.393.178/0001-91

6.15.13. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.15.14. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.15.15. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.15.16. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

(a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

(b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

(c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

(d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.17. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

(a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

(b) Empresas brasileiras;

(c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

(d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.15.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.15.18.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.15.19. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.20. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA  
CNPJ: 13.393.178/0001-91

6.15.21. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.15.22. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.15.22.1. Esse prazo de **2 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final na aludida plataforma**.

6.15.22.2. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)** após às **17 horas**, esse prazo só será contabilizado **a partir das 08 horas do dia útil seguinte**, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

6.15.22.3. A ausência de documento e/ou qualquer descumprimento acarretará a imediata desclassificação da proposta da empresa de menor preço no respectivo item, e convocação da empresa remanescente;

6.15.22.4. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

6.15.23. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.15.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. Relação de apenados TCM/BA, através do link (<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1. deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a (s) amostra (s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita (s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.17. Conforme o art. 34 da Instrução Normativa Nº 73/2022, no caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.17.1. Não serão aceitos para comprovação de exequibilidade documentos que demonstrem que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e/ou que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta;

7.17.1.2. Não serão aceitos preços com a incapacidade de comprovação de exequibilidade, bem como notas fiscais/orçamentos com data de emissão anterior a doze meses contados a partir da data de abertura do certame, sendo a licitante responsável pelos seus atos, tornando-se passiva das penalidades cabíveis nos casos em que forem constatadas reduções nos preços que impossibilite a Administração de alcançar a aquisição do objeto licitado.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal (PDF).

8.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.1.3. Enviar também a proposta final em arquivo editável (necessariamente nas extensões **DOC, DOCX, XLS OU XLSX**), para exportações para os sistemas, sob pena de desclassificação.

8.1.4. No mesmo prazo do item 6.15.22., o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no SISTEMA, sob pena de desclassificação. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

8.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA  
CNPJ: 13.393.178/0001-91

8.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.1.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e por extenso.

8.1.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total do item, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.1.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.1.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.1.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8.1.12. Esse prazo de **02 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final** na aludida plataforma.

8.1.13. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET** – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) após às 17 horas, esse prazo só será contabilizado a partir das **08 horas do dia útil seguinte**, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

8.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no parágrafo 2º do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. Para dar efetivo cumprimento as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da RESOLUÇÃO TCM/BA nº 1.383/2019 que alterou a Resolução nº 1060/2005, estabelecendo as normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras e Mesas de Câmaras, passando a exigir no § 2º que **os documentos deverão ser apresentados em formato PDF pesquisável convertido a partir de seus arquivos originais** (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc.), **não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de contas, fica ADVERTIDA que a empresa licitante que encaminhar documentos sem atender a essas exigências técnicas expressas no art. 9º, item 45, §2º da Resolução TCM nº 1060/2005 (alterada pela Resolução TCM/BA nº 1383/2009), será declarada inabilitada para continuar no processo licitatório, pois prejudicará a gestão municipal no atendimento das regras de envio da prestação de contas junto ao TCM/BA.**

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados em **ORIGINAL** por **CÓPIA AUTENTICADA DIGITALMENTE**.

9.2.1. Todos os documentos assinados eletronicamente por certificados digitais passarão por uma verificação e a validação das assinaturas digitais a partir da cadeia de confiança da ICP-Brasil e do Validador de Documentos Digitais, pois um documento eletrônico com assinatura digital tem presunção de legalidade e garantias de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade, temporalidade e não repúdio, de acordo com a regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na **Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Setembro de 2001**, que instituiu a ICP-Brasil. Não sendo possível a sua verificação poderá ser a empresa desclassificada e penalizada



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA  
CNPJ: 13.393.178/0001-91

por apresentar documentos sem legalidade e garantia de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade e temporalidade.

9.2.2. Porém, se a autenticação foi feita por outro sistema, será necessário fazer o upload do arquivo que recebeu a assinatura, que deverá ser entregue em mídia na sessão para análise e devolvida. Logo, este método verifica qualquer assinatura digital que esteja de acordo com as normas da ICP-Brasil. Desta forma é possível, também, verificar um lote de assinaturas de uma vez e extrair um relatório, se desejar.

9.2.3. A verificação de uma assinatura digital é realizada por algum software capaz de realizar esta operação. Comumente, os softwares de assinatura digital já contemplam a funcionalidade de verificação de assinatura. A integridade é determinada pela comparação do resumo criptográfico (HASH) do documento original com o resumo criptográfico cifrado pelo signatário. A obtenção do resumo criptográfico é possível através da decifragem da assinatura, utilizando a chave pública do certificado do assinante.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Nº 14.133/2021](#)).

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#)).

9.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES Nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.7. Os documentos relativos à habilitação que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.8. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à habilitação, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, § 4º](#)):

9.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela condução do processo poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.14. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os documentos exigidos para fins de habilitação constantes do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA** deste e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC Nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no <https://www.licitanet.com.br>, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3. Terá o adjudicatário o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida através do endereço eletrônico constante do preâmbulo, no prazo de 01 (um) dia, a contar da data do envio do e-mail.

**12.5. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, rerepresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.**

12.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:





## ESTADO DA BAHIA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de Registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



## ESTADO DA BAHIA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.3.1., 13.3.2., e 13.3.3.**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4., 13.1.5., 13.1.6., 13.1.7. e 13.1.8.**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4., 13.1.5., 13.1.6., 13.1.7. e 13.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas itens **13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de Registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME Nº 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze)



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: (sistema eletrônico) [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o Termo de Referência anexo deste Edital.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

15.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.Heliópolis.ba.gov.br/site/diariooficial> (link: **Diário Oficial**).

15.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial pela Lei Nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável.

15.12. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Cidade de Heliópolis/BA, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.13.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

15.13.2. ANEXO II – Termo de Referência

15.13.3. ANEXO III – Carta de Apresentação de Proposta

15.13.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial de Preços

15.13.5. ANEXO V - Modelo de Credencial

15.13.6. ANEXO VI – Modelo de Declarações

15.13.7. ANEXO VII - Minuta do Contrato

15.13.8. ANEXO VIII – Minuta da Ata de Registro de preço

**Heliópolis-BA, 18 de fevereiro de 2026.**

***José Mendonça Dantas***  
***Prefeito Municipal de Heliópolis***

***Ana Luiza Almeida Mendonça***  
***Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças***

***Eluiza Sousa Mendes***  
***Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer***

***Claudivan Alves dos Santos***  
***Secretário Municipal de Saúde***

***Anilde Almeida Rosário Dantas***  
***Secretária Municipal de Assistência Social***



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026**

**ANEXO I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade analisar, fundamentar e demonstrar a necessidade da contratação pretendida, bem como identificar a solução mais adequada para atendimento da demanda da Administração Pública, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público.

Este documento constitui etapa indispensável da fase preparatória do processo licitatório, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, e visa subsidiar a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, por meio da avaliação de aspectos técnicos, operacionais, administrativos e econômicos relacionados ao objeto a ser contratado.

O ETP busca assegurar que a solução adotada seja a mais vantajosa para a Administração, considerando a realidade do mercado, as alternativas disponíveis, os riscos envolvidos, a viabilidade técnica e financeira, bem como a compatibilidade da contratação com os instrumentos de planejamento institucional.

Assim, por meio deste estudo, a Administração pretende estruturar uma contratação eficiente, transparente e juridicamente segura, capaz de atender à demanda apresentada, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e a efetiva prestação dos serviços ou fornecimento dos bens necessários ao cumprimento das políticas públicas sob sua responsabilidade.

**2. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE**

<b>Unidade Administrativa</b>	<b>Responsável</b>
Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças	Ana Luiza Almeida Mendonça
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Eluiza Sousa Mendes
Secretaria Municipal de Saúde	Claudivan Alves dos Santos
Secretaria Municipal de Assistência Social	Anailde Almeida Rosário Dantas

**3. SUGESTÃO DE OBJETO PARA CONTRATAÇÃO**

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E FERRAMENTAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HELIÓPOLIS-BA.

**4. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, I)**

A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua e permanente da Prefeitura Municipal de Heliópolis/BA, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico





**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

e Meio Ambiente, Fundo Municipal de Educação – FME, Fundo Municipal de Saúde – FMS e Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, em dispor de materiais de construção, elétricos, hidráulicos, ferramentas e insumos correlatos, indispensáveis à execução das atividades de manutenção, conservação, adequação, recuperação e ampliação da infraestrutura pública municipal.

O Município é responsável pela manutenção de uma ampla rede de prédios públicos, unidades escolares, creches, equipamentos socioassistenciais, unidades de saúde, hospital municipal, vias urbanas e rurais, sistemas de drenagem, áreas verdes, praças, estruturas administrativas e demais espaços públicos, cuja adequada conservação exige intervenções frequentes, preventivas e corretivas, decorrentes do desgaste natural, do uso contínuo das instalações e da exposição às intempéries climáticas.

A inexistência de fornecimento regular desses materiais compromete diretamente a continuidade dos serviços públicos essenciais, podendo ocasionar interrupções de atendimentos, riscos à segurança de usuários e servidores, elevação de custos com contratações emergenciais, deterioração do patrimônio público e prejuízos à execução das políticas públicas de saúde, educação, assistência social, meio ambiente, infraestrutura e desenvolvimento local.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos utiliza tais insumos na execução de obras de pequeno e médio porte, manutenção de estradas vicinais, recuperação de pavimentações, serviços de drenagem, iluminação pública, conservação predial, limpeza urbana e demais atividades operacionais essenciais. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente demanda esses materiais para ações de preservação ambiental, manutenção de áreas verdes e praças, projetos de recuperação ambiental, pequenas obras estruturais de apoio às atividades econômicas e ações de sustentabilidade.

O Fundo Municipal de Educação – FME necessita desses materiais para a manutenção preventiva e corretiva das unidades escolares, creches, prédios administrativos, almoxarifados e demais instalações da rede municipal de ensino, assegurando condições adequadas de segurança, acessibilidade, salubridade e conforto à comunidade escolar, evitando interdições e prejuízos ao calendário letivo.

O Fundo Municipal de Saúde – FMS utiliza tais insumos na manutenção das Unidades Básicas de Saúde, Hospital Municipal, farmácia básica, sede administrativa e demais unidades de saúde, garantindo a continuidade dos atendimentos, condições sanitárias adequadas e segurança aos usuários e profissionais da saúde.

O Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS demanda os materiais para a manutenção dos CRAS, CREAS, Centros de Convivência, Cadastro Único, Conselho Tutelar, unidades administrativas e demais equipamentos socioassistenciais, assegurando condições adequadas de funcionamento, acessibilidade, salubridade e segurança à população em situação de vulnerabilidade.

Diante do caráter permanente, previsível e essencial dessas demandas, a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais adequada, por possibilitar contratações futuras e eventuais conforme a real demanda da Administração, garantindo economicidade, eficiência, flexibilidade operacional, planejamento e pronta resposta às necessidades, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e continuidade do serviço público, previstos na Lei



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

Federal nº 14.133/2021.

A contratação visa, portanto, assegurar a regularidade dos serviços públicos, preservar o patrimônio municipal, manter a infraestrutura urbana e rural e garantir a efetividade das políticas públicas municipais, promovendo melhores condições de atendimento à população do Município de Heliópolis/BA.

## **5. DO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133, art. 18, § 1º, II.)**

O planejamento anual das contratações públicas, embora não possua caráter obrigatório, conforme dispõe o inciso VII do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021, constitui instrumento essencial para o aprimoramento da governança, do controle e da eficiência na gestão dos recursos públicos.

O Município encontra-se em fase de estruturação e consolidação de seus instrumentos de planejamento, visando à futura elaboração e implementação do Plano de Contratações Anual – PCA, o qual permitirá o alinhamento sistemático das contratações às reais necessidades administrativas, à capacidade orçamentária e às prioridades institucionais.

Ressalta-se que, mesmo na ausência formal do PCA, a presente demanda foi devidamente analisada e encontra respaldo nos instrumentos orçamentários vigentes, especialmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, que estabelecem as metas, prioridades e dotações necessárias à execução das políticas públicas, assegurando a compatibilidade da contratação com o planejamento fiscal e orçamentário do Município.

A contratação pretendida está alinhada às diretrizes estratégicas da Administração, às metas setoriais da política pública correspondente e às previsões de receitas e despesas constantes na LOA, observando-se os princípios do planejamento, da legalidade, da eficiência, da economicidade e da responsabilidade fiscal.

Dessa forma, a Administração demonstra que, ainda que o PCA esteja em fase de implantação, a contratação encontra-se devidamente justificada, planejada e compatível com os instrumentos formais de planejamento orçamentário e financeiro, atendendo plenamente aos requisitos legais e às boas práticas de governança pública.

## **6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, III)**

### **➤ Requisitos Gerais**

A contratação deverá observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como demais normas aplicáveis, exigindo-se que os materiais fornecidos atendam às especificações técnicas, quantitativos e padrões de qualidade definidos neste Termo de Referência e na planilha orçamentária, sendo novos, de primeiro uso, originais de fábrica e isentos de quaisquer defeitos:

- Os materiais deverão estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, regulamentações do INMETRO, NBR's específicas, bem como demais normas de segurança, qualidade e desempenho aplicáveis, conforme a natureza de cada item, devendo ser acompanhados, quando couber, de certificados de conformidade, garantia do fabricante e demais documentos exigidos em edital.

- A contratada deverá dispor de capacidade operacional, logística e técnica compatível com o volume de fornecimento estimado, garantindo a entrega dos materiais dentro dos prazos estabelecidos, em local indicado pela Administração,



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA  
CNPJ: 13.393.178/0001-91

responsabilizando-se por todas as despesas com transporte, carga, descarga, seguros, tributos e demais encargos.

- É vedado o fornecimento de materiais usados, reconicionados, remanufaturados ou fora de linha de fabricação, devendo os produtos apresentar prazo de garantia mínimo conforme especificado para cada item, contado a partir da data do recebimento definitivo.

- A contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, responsabilizando-se pela imediata substituição de quaisquer materiais que apresentem vícios, defeitos, avarias ou desacordo com as especificações estabelecidas.

- O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Administração, observados os quantitativos, prazos e condições definidos neste Termo de Referência.

- A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório, sem prejuízo das demais cominações legais.

- A contratada deverá observar, em todas as etapas do fornecimento, os princípios da sustentabilidade ambiental, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a Lei nº 14.133/2021 e demais normas ambientais vigentes.

- Os materiais fornecidos deverão, sempre que aplicável, possuir certificação ambiental, selo de conformidade do INMETRO, rotulagem ambiental ou declaração do fabricante quanto à sustentabilidade de sua cadeia produtiva, priorizando-se produtos que apresentem menor impacto ambiental.

- As embalagens utilizadas deverão ser recicláveis ou reutilizáveis, devendo a contratada adotar medidas para a destinação ambientalmente adequada de resíduos, sobras, embalagens e materiais inutilizados, assumindo integral responsabilidade por sua coleta, transporte e destinação final.

- Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais que possuam maior vida útil, eficiência energética, menor consumo de recursos naturais e menor geração de resíduos, promovendo a economicidade e a preservação ambiental.

- A contratada deverá observar as normas ambientais relacionadas ao transporte e armazenamento de materiais, prevenindo vazamentos, derramamentos, contaminações do solo, da água e do ar, responsabilizando-se por quaisquer danos ambientais decorrentes de sua atuação.

➤ **Requisitos de Qualificação - previstos nos arts. 66 a 69 da Lei nº**

**14.133/21**

A empresa contratada deverá apresentar, no processo licitatório, os documentos exigidos pela legislação vigente para comprovação de sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e social nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme aplicável.

**Qualificação Econômico-Financeiro**

A empresa deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira, apresentando: a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data recente (máximo de 90 dias, salvo se o prazo legal for outro); b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da empresa, conforme Termo de Referência; c) Índices contábeis, como Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, com valores iguais ou superiores a 1, salvo disposição diversa no edital ou legislação aplicável. Esses documentos visam garantir que a empresa possui condições econômicas de manter o fornecimento de forma regular durante toda a vigência contratual.

#### **Capacidade Técnica**

A contratada deverá comprovar experiência compatível com o objeto, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas ou privadas, que demonstrem a execução anterior de fornecimento similar ao ora contratado, em quantidade e características compatíveis com o objeto.

#### **Do Tratamento Diferenciado e da Prioridade a Fornecedores Locais e Regionais**

Nos termos do Decreto Municipal nº 36, de março de 2024, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoas físicas, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas no âmbito do Município de Heliópolis, fica assegurada a adoção de medidas que promovam o desenvolvimento econômico local e regional.

Conforme dispõe o art. 8º do referido Decreto, os órgãos e entidades municipais deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação dos beneficiados nos itens ou lotes cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Diante disso, no âmbito desta contratação, o Município poderá priorizar a participação de fornecedores locais e/ou regionais, desde que observadas as condições de competitividade, vantajosidade, isonomia e economicidade, como forma de estimular a economia local, fomentar a geração de renda e promover o desenvolvimento sustentável do território municipal, em consonância com os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e na legislação municipal vigente.

Tal diretriz será observada sempre que a divisão do objeto em itens ou lotes permitir, respeitando-se os limites legais de valor, sem prejuízo da ampla competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública

#### **➤ Requisitos Legais**

A contratação ora proposta deverá observar integralmente a legislação vigente aplicável à administração pública, especialmente no que tange aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público, conforme estabelecido na Constituição Federal e demais normas infraconstitucionais.

- Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações
- Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor
- Decreto Municipal nº 03/2024
- Decreto Municipal nº 36/2024
- Decreto Federal nº 11.462/2023 – Regulamenta o SRP
- Lei Complementar nº 123/2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, aplicável quando houver participação desses entes no certame.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

- Normas Técnicas da ABNT e regulamentações do INMETRO aplicáveis aos materiais a serem fornecidos.

## **7. DO QUANTITATIVO ESTIMADO**

**(Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, IV)**

O quantitativo estimado dos materiais a serem registrados foi definido com base no histórico de consumo das Secretarias e Fundos Municipais demandantes, nas projeções de manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura pública municipal, bem como na previsão de ampliação de serviços e atendimentos ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

Consideraram-se, ainda, as demandas recorrentes das unidades de saúde, educacionais, socioassistenciais, prédios administrativos, vias urbanas e rurais, áreas verdes e demais equipamentos públicos, cujas necessidades variam conforme fatores climáticos, desgaste natural das estruturas, intervenções emergenciais e programação de obras e serviços.

Ressalta-se que os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo, não representando obrigação de consumo por parte da Administração, sendo utilizados como referência para fins de planejamento, formação de preços, reserva de dotação e futura formalização de contratações, conforme a real necessidade dos órgãos participantes, nos termos do Sistema de Registro de Preços previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD
1	ADAPTADOR PVC ROSCAVEL, COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO, 1/2" OU 20MM, PARA CAIXA D' ÁGUA	UNID.	80
2	ADAPTADOR PVC ROSCAVEL, COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO, 3/4" OU 25MM, PARA CAIXA D' ÁGUA	UNID	80
3	ADAPTADOR SOLDÁVEL FLANGE 25X3/4	UNID	80
4	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, COM 175 GR, PINCEL	UNID	200
5	AGUARRÁS 900 ML	UNID	40
6	ALICATE UNIVERSAL 8"	UNID	10
7	ARAME GALVANIZADO 16 BWG	KG	100
8	ARAME RECOZIDO	KG	150
9	ARCO DE SERRA AJUSTÁVEL	UNID	20
10	ARGAMASSA COLANTE AC-I-E COM 15 KG	PACOTE S	100
11	ARGAMASSA COLANTE AC-II-E COM 15 KG	PACOTE S	100
12	ASSENTO PARA VASO SANITARIO, PLASTICO, UNIVERSAL, BRANCO, TIPO CONVENCIONAL	UNID	100
13	BACIA CONV SAVEIRO BR	UNID	50
14	BALDE PARA CONCRETO 12 L ALÇA METÁLICA	UNID	50
15	BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA ALUM	UNID	200
16	BOTA BORRACHA (SETE LÉGUAS OU SIMILAR)	PARES	20
17	BOTINA ELÁSTICO S/B PRETO	UNID	30
18	BROCA CONCRETO 8,00MM	UNID	30
19	BROCA SDS PLUS 10 X 260MM	UNID	30



**ESTADO DA BAHIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

20	BROCA SDS PLUS 6 X 110MM	UNID	30
21	BROXA RETANGULAR 8MM X 18MM	UNID	20
22	BROXA RETANGULAR 8MM X 75MM	UNID	20
23	BUCHA DE NYLON S-06	UNID	200
24	BUCHA DE NYLON S-08	UNID	200
25	BUCHA DE NYLON S-10	UNID	200
26	BUCHA ELETROD. 1"	UNID	100
27	BUCHA PLÁSTICA COM ANEL Nº 06	UNID	100
28	CABO FLEXÍVEL 1.5MM	METROS	150 0
29	CABO FLEXÍVEL 2.5MM	METROS	150 0
30	CABO FLEXÍVEL 4.0MM	METROS	200 0
31	CABO FLEXÍVEL 6.0MM	METROS	250 0
32	CADEADO 40MM	UNID	50
33	CADEADO 50MM	UNID	50
34	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 1000 LITROS, COM TAMPA	UNID	100
35	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 500 LITROS, COM TAMPA	UNID	100
36	CAIXA DE DESCARGA DE PLÁSTICO EXTERNA, DE *9* L, PUXADOR FIO DE NYLON, NAO INCLUSO CANO, BOLSA, ENGATE	UNID	100
37	CAIXA DE MEDICAÇÃO BI OU TRIFÁSICA, EM NORIL (POLICARBONATO)	UNID	5
38	CAIXA DE MEDICAÇÃO MONOFÁSICA COELBA	UNID	20
39	CAL PARA PINTURA 8 KG	SACOS	200
40	CANELETA PVC 2M COM FITA	UNID	100
41	CARRINHO DE MÃO GALV. POP	UNID	20
42	CERÂMICA 67 X 67 CM - PISO REVIERA	M²	400
43	CHAVE DE FENDA 1/8" X 4"	UNID	10
44	CHUVEIRO ELÉTRICO, 220V X 5500W	UNID	20
45	CHUVEIRO PLÁSTICO BRANCO SIMPLES 5 " PARA ACOPLAR EM HASTE 1/2 ", ÁGUA FRIA	UNID	40
46	CIMENTO (SACO DE 50 KG)	SACOS	200 0
47	COLA PVC 17G BISNAGA	UNID	200
48	CONECTOR P/ HASTE DE ATERRAMENTO 5/8"	UNID	30
49	CORDA SEDA 12MM	METROS	500
50	CORDÃO DE COBRE, FLEXÍVEL, TORCIDO, CLASSE 4 OU 5, ISOLACÃO EM PVC/D, 300 V, 2 CONDUTORES DE 1,5 MM²	METROS	400



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

51	CORDÃO DE COBRE, FLEXIVEL, TORCIDO, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAOEM PVC/D, 300 V, 2 CONDUTORES DE 2,5 MM2	METROS	400
52	CORDÃO DE COBRE, FLEXIVEL, TORCIDO, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAOEM PVC/D, 300 V, 2 CONDUTORES DE 4 MM2	METROS	400
53	CURVA AZUL 90° DE 50MM	UNID	50
54	CURVA ELETROD. 90° 1"	UNID	30
55	CURVA ELETROD. 180° 1"	UNID	30
56	DISJUNTOR TIPO DIN, UNIPOLAR 10A	UNID	30
57	DISJUNTOR TIPO DIN, UNIPOLAR 16A	UNID	30
58	DISJUNTOR TIPO DIN, UNIPOLAR 20A	UNID	30
59	DISJUNTOR TIPO DIN, UNIPOLAR 25A	UNID	30
60	DISJUNTOR TIPO DIN, UNIPOLAR 32A	UNID	20
61	DISJUNTOR TIPO DIN, UNIPOLAR 40A	UNID	30
62	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 40A	UNID	20
63	DOBRADIÇA GALV 3.1/2 C/2	UNID	20
64	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, DE 25 MM	METROS	300
65	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2 " X 30 CM	UNID	50
66	ENXADA C/ CABO	UNID	15
67	ENXADA NORTE 2.0 SEM CABO	UNID	20
68	ESCADA DOMÉSTICA, MATERIAL ALUMÍNIO, NÚMERO DEGRAUS 7	UNID	10
69	ESMALTE SINTÉTICO 3 L, TODAS AS CORES	GALÕES	50
70	ESPÁTULA DE AÇO INOX COM CABO DE PLÁSTICO, LARGURA 10 CM	UNID	30
71	FECHADURA EXTERNA DE AÇO	UNID	100
72	FECHADURA INTERNA DE AÇO	UNID	100
73	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, EM ROLO DE 19 MM X 20 M, COMUM	UNID	30
74	FITA PLÁSTICA ZEBRADA PARA DEMARCAÇÃO DE ÁREAS	UNID	50
75	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 10 M (L X C)	UNID	50
76	HASTE DE ATERRAMENTO EM AÇO COM 2,40 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, COM CONECTOR TIPO GRAMPO	UNID	30
77	INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UNID	100
78	JOELHO ÁGUA AZUL 50 MM	UNID	50
79	JOELHO ÁGUA SOLDÁVEL 60 MM	UNID	20
80	JOELHO ESGOTO DN 100 MM	UNID	300
81	JOELHO ESGOTO DN 40 MM	UNID	300
82	JOELHO ESGOTO DN 50 MM	UNID	300

**ESTADO DA BAHIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

83	JOELHO ESGOTO DN 75 MM	UNID	300
84	LÂMINA DE SERRA 1/2X12"	UNID	100
85	LÂMPADA LED 12 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UNID	100
86	LÂMPADA LED 6 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UNID	200
87	LÂMPADA LED 9 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UNID	200
88	LÂMPADA LED 20 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UNID	50
89	LIXA D'ÁGUA GRÃO 100	UNID	200
90	LIXA D'ÁGUA GRÃO 220	UNID	40
91	LIXA FERRO 36	UNID	20
92	LIXA FERRO 50	UNID	20
93	LIXA MASSA 100	UNID	40
94	LIXA MASSA 120	UNID	40
95	LIXA MASSA 150	UNID	50
96	LIXA MASSA 180	UNID	50
97	LIXA MASSA 60	UNID	50
98	LONA PLÁSTICA PRETA/BRANCA 150MC	METROS	500
99	LUVA ÁGUA AZUL 50 MM	UNID	300
100	LUVA ÁGUA AZUL 75 MM	UNID	300
101	LUVA DE CORRER ÁGUA 50 MM SOLDÁVEL	UNID	200
102	LUVA DE CORRER ÁGUA 60 MM SOLDÁVEL	UNID	100
103	LUVA DE CORRER ÁGUA 25 MM SOLDÁVEL	UNID	100
104	LUVA DE CORRER ÁGUA 20 MM SOLDÁVEL	UNID	100
105	LUVA IRRIGAÇÃO AZUL 75MM PN 80	UNID	20
106	LUVA SOLDÁVEL ÁGUA 40 MM	UNID	30
107	LUVA SOLDÁVEL ÁGUA 50 MM	UNID	200
108	LUVA SOLDÁVEL ÁGUA 60 MM	UNID	50
109	LUVA SOLDÁVEL ÁGUA 25 MM	UNID	100
110	LUVA SOLDÁVEL ÁGUA 20 MM	UNID	100
111	MANGUEIRA CRISTAL PARA NIVEL, LISA, PVC TRANSPARENTE, 3/8" X1,5 MM	METROS	300
112	MANGUEIRA PARA JARDIM 1/2	METROS	150 0
113	MARRETA 1 KG COM CABO	UNID	10
114	MARTELO COM UNHA	UNID	10
115	MASSA A ÓLEO PARA MADEIRA 1 KG	GALÕES	8
116	MASSA ACRÍLICA 10 KG	SACOS	200
117	MASSA ACRÍLICA 18LTS	UNID	200
118	MASSA CORRIDA 10 KG	SACOS	200
119	MASSA CORRIDA 18 LTS	UNID	200
120	PÁ QUADRADA	UNID	30

**ESTADO DA BAHIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

121	PÁ QUADRADA COM CABO	UNID	10
122	PAPELEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO	UNID	10
123	PARAFUSO COM BUCHA, PARA VASO SANITÁRIO	UNID	50
124	PARAFUSO PHILIPS 4.0X40 (6)	UNID	200
125	PARAFUSO PHILIPS 5.0X50 (8)	UNID	200
126	PERFIL COLONIAL (RODA FORRO)	METROS LINEAR	50
127	PIA DE COZINHA 1,20M - INOX COM UMA CUBA	UNID	20
128	PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 1.1/2 " (38 MM)	UNID	20
129	PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 2 "	UNID	20
130	PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 2 1/2"	UNID	20
131	PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 3 " (75 MM)	UNID	20
132	PISO AC 45X45 NATURAL BLANCO PLUS	METROS	300
133	PLAFON PLÁSTICO BRANCO COM SOQUETE E-27	UNID	50
134	PLUG DE EXTENÇÃO MACHO 10A	UNID	50
135	PLUG DE EXTENÇÃO FÊMEA 10A	UNID	50
136	PLUG FÊMEA 2P+T 20A PT	UNID	30
137	PLUG MACHO 2P+T 20A PT	UNID	30
138	PNEU PARA CARRINHO	UNID	30
139	PORTA CANELÃO COM MOLDURA 60CM	UNID	50
140	PORTA CANELÃO LISA 60CM	UNID	50
141	PORTA CANELÃO COM MOLDURA 70CM	UNID	50
142	PORTA CANELÃO LISA 70CM	UNID	50
143	PORTA CANELÃO COM MOLDURA 80CM	UNID	50
144	PORTA CANELÃO LISA 80CM	UNID	50
145	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 10 X 09 (3/4X17)	KG	20
146	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 10 X 10 (7/8 X 17)	KG	50
147	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	50
148	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 15 X 18 (1 1/2" X 13)	KG	30
149	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 16 X 21 (2 X 12)	KG	30
150	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 16 X 24 (2 1/4 X 12)	KG	30
151	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 18 X 24 (2 1/4 X 10)	KG	30
152	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 18 X 27 (2 1/2 X 10)	KG	50
153	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	40
154	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 19 X 33 (3 X 9)	KG	30
155	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 19 X 36 (3 1/4 X 9)	KG	50
156	PREGO TELHEIRO 500 G (PACOTE COM 30 UNIDADES)	PACOTES	15

**ESTADO DA BAHIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

157	RALO SECO PVC, QUADRADO, D = 100 X 52 X 40MM, REF. Nº21, ACABAMENTO BRANCO	UNID	30
158	REFLETOR LED 100W PT 6.500K	UNID	50
159	REGISTRO ESFERA DE 20 MM	UNID	30
160	REGISTRO ESFERA DE 25 MM	UNID	30
161	REGISTRO ESFERA DE 50 MM	UNID	100
162	REGISTRO PRESSÃO, DE 1/2"	UNID	10
163	REJUNTE PARA PISOS E REVESTIMENTOS CERÂMICOS 1KG	PACOTE S	50
164	REV NATURALLE BLANCO 37X59	M <sup>2</sup>	400
165	ROLDANA PARA RACK 72X72	UNID	50
166	ROLO ESPUMA 15CM C/CABO	UNID	20
167	ROLO ESPUMA 9CM C/CABO	UNID	20
168	ROLO LÃ 23CM ANTI RESPINGO C/CABO	UNID	20
169	ROLO LÃ 9CM ANTI RESPINGO C/CABO	UNID	10
170	SIFÃO PARA LAVATÓRIO EM PVC, 1 1/2" X 40 MM, ACABAMENTO BRANCO OU SIMILAR, PADRÃO	UNID	50
171	SOQUETE DE PVC / TERMOPLASTICO BASE E27, COM RABICHO, PARA LAMPADAS	UNID	200
172	TALHADEIRA CHATA 10"	UNID	10
173	TAMPA CEGA EM PVC PARA CONDULETE 4 X 2"	UNID	200
174	TE ÁGUA 20MM	UNID	100
175	TE ÁGUA 25MM	UNID	100
176	TE ÁGUA 50MM	UNID	100
177	TE ÁGUA 60MM	UNID	20
178	TE ESGOTO 100 MM	UNID	200
179	TE ESGOTO 75 MM	UNID	200
180	TE ESGOTO 50 MM	UNID	200
181	TE ESGOTO 40 MM	UNID	200
182	TINNER 900 ML	UNID	30
183	TINTA LÁTEX 18LT INTERIORES E EXTERIORES	UNID	50
184	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UNID	60
185	TORNEIRA JARDIM PT	UNID	30
186	TORNEIRA PIA B/A MARUJA BR	UNID	30
187	TORNEIRA PLÁSTICA PARA LAVATÓRIO	UNID	30
188	TRELIÇA BARRA COM 6 METROS	BARRAS	40
189	TUBO ELETRODUTO 1 POLEGADA	BARRAS	30
190	TUBO PVC AZUL PN40 DE 50 MM (BARRA COM 6 METROS)	BARRAS	1000
191	TUBO PVC AZUL PN40 DE 75 MM (BARRA COM 6 METROS)	BARRAS	200
192	TUBO PVC AZUL PN80 DE 50 MM (BARRA COM 6 METROS)	BARRAS	500



**ESTADO DA BAHIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

193	TUBO PVC AZUL PN80 DE 75 MM (BARRA COM 6 METROS)	BARRAS	200
194	TUBO PVC ESGOTO 40 MM	BARRAS	300
195	TUBO PVC ESGOTO 50 MM	BARRAS	200
196	TUBO PVC ESGOTO 75 MM	BARRAS	200
197	TUBO PVC ESGOTO 100 MM	BARRAS	300
198	TUBO SOLDÁVEL 20MM (BARRA COM 6 METROS)	UNID	100 0
199	TUBO SOLDÁVEL 25MM (BARRA COM 6 METROS)	UNID	300
200	TUBO SOLDÁVEL 32MM (BARRA COM 6 METROS)	UNID	200
201	VÁLVULA EM PVC PARA PIA DE COZINHA, ACABAMENTO BRANCO	UNID	50
202	VASO SANITÁRIO CONVENCIONAL, LOUÇA BRANCA	UNID	30
203	VITRÔ BASCULANTE DE ALUMÍNIO 50 CM X 50 CM	UNID	20
204	ZINCO CHAPA 0,43 X 0,30	METROS	50
205	ZINCO CHAPA 0,47 X 0,50	METROS	50
206	ZINCO CHAPA 0,43 X 0,60	METROS	50
207	ZINCO CHAPA 0,43 X 0,70	METROS	20
208	ARGAMASSA COLANTE AC - III COM 15 KG	PACOTE S	100
209	FIO TORCIDO 2 X 1,00 MM	METROS	100 0
210	FIO TORCIDO 2 X 1,50 MM	METROS	500
211	FIO TORCIDO 2 X 2,5 MM	METROS	500
212	BALDE DE TINTA 15 LITROS, PISO E PAREDES, TODAS AS CORES	UNID	50
213	BALDE DE TINTA 15 LITROS, ACRÍLICA, INTERIOR, TODAS AS CORES	UNID	50
214	BALDE DE TINTA 3 LITROS, PISO E PAREDES, TODAS AS CORES	UNID	50
215	BALDE DE TINTA 3 LITROS, ACRÍLICA, INTERIOR, TODAS AS CORES	UNID	50
216	ESMALTE SINTÉTICO 750 ML, TODAS AS CORES	UNID	50

Os quantitativos apresentados representam estimativas máximas de consumo anual, podendo ser utilizados de forma parcelada e conforme a demanda real das Secretarias Municipais durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Essas estimativas foram definidas com base na média histórica de uso, nas projeções de atividades administrativas e operacionais e na previsão orçamentária disponível, garantindo que a contratação atenda adequadamente às necessidades do Município, sem gerar desperdício de recursos públicos

**8. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, V)**

O levantamento de mercado constitui etapa obrigatória do planejamento da contratação, em conformidade com os arts. 18 e 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e orientações dos órgãos de controle, tendo por objetivo identificar fornecedores



## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

potenciais, parâmetros de qualidade e variação de preços praticados no mercado, de modo a subsidiar a definição da solução mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

#### **Metodologia de Pesquisa**

A pesquisa de mercado foi realizada de forma ampla e diversificada, contemplando:

- Consultas a pregões eletrônicos e atas de registro de preços vigentes de outros entes da Administração Pública com objetos similares;
- Solicitação de cotações junto a fornecedores regionais e empresas especializadas no fornecimento de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e ferramentas;
- Consulta a fontes oficiais de preços, tais como o Painel de Preços do Governo Federal, Banco de Preços e bases públicas de contratações.

#### **Análise dos Resultados**

A análise evidenciou que:

- O mercado apresenta quantidade suficiente de empresas aptas ao fornecimento dos materiais demandados, com ampla concorrência regional e estadual;
- Trata-se de objeto de natureza comum, amplamente comercializado no mercado, possibilitando competição efetiva;
- Os preços variam conforme marca, especificação técnica, volume adquirido, logística de entrega e flutuação de insumos de construção civil;
- A média de preços de referência foi construída com base nas cotações obtidas, histórico de contratações anteriores e parâmetros extraídos de fontes oficiais.

#### **Justificativas Técnicas**

O Município de Heliópolis/BA possui extensa rede de equipamentos públicos, prédios administrativos, unidades de saúde, unidades escolares, equipamentos socioassistenciais, vias urbanas e rurais, os quais demandam manutenção contínua, preventiva e corretiva, exigindo fornecimento regular de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e ferramentas.

A inexistência de contratação vigente compromete a continuidade dos serviços públicos essenciais, podendo ocasionar paralisações, aumento de custos com contratações emergenciais, riscos à segurança dos usuários e prejuízos à qualidade dos serviços prestados à população.

A contratação deverá observar o Decreto Municipal nº 36/2024, que assegura tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, microempreendedores individuais e cooperativas de consumo, possibilitando a reserva de itens ou lotes de até R\$ 80.000,00 para participação exclusiva desses beneficiários.

#### **Soluções Consideradas**

- Solução 1 – Contratação direta por dispensa de licitação (Lei nº 14.133/2021, art. 75, II): aplicável apenas em situações emergenciais ou quando os valores se enquadrarem nos limites legais, o que não se verifica no presente caso;
- Solução 2 – Adesão a ata de registro de preços vigente: possível caso exista ARP compatível e vantajosa, observados os requisitos legais e a viabilidade econômica;



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

- Solução 3 – Pregão Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP): solução mais adequada, considerando a natureza comum do objeto, com possibilidade de contratações futuras e parceladas, assegurando economicidade, competitividade e regularidade no atendimento das demandas municipais.

#### Conclusão

Após análise comparativa das alternativas, conclui-se que a realização de Pregão Eletrônico, sob a forma de Sistema de Registro de Preços (SRP) constitui a solução mais eficiente e vantajosa para a aquisição de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e ferramentas, por garantir competitividade, regularidade no fornecimento, preços justos e conformidade técnica, atendendo plenamente às necessidades administrativas, educacionais, de saúde, assistência social, meio ambiente e infraestrutura do Município de Heliópolis/BA.

### 9. DA ESTIMATIVA DO VALOR

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, VI)**

A estimativa do valor da presente contratação é de R\$ 768.245,60 (setecentos e sessenta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos), obtida com base em pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores do ramo, consultas a atas de registro de preços vigentes e a fontes oficiais de preços, conforme metodologia descrita no item “Do Levantamento de Mercado”.

A formação do preço de referência considerou as especificações técnicas dos itens, quantitativos estimados, histórico de contratações anteriores, realidade regional e variações de mercado, de modo a refletir valores compatíveis com os praticados no mercado, observando os princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública.

Ressalta-se que o valor estimado possui caráter meramente referencial, não representando obrigação de contratação ou consumo integral, uma vez que o fornecimento ocorrerá sob demanda, mediante emissão de ordens de fornecimento, conforme necessidade dos órgãos participantes, nos termos do Sistema de Registro de Preços previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

### 10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII)**

O Município de Heliópolis/BA possui ampla rede de equipamentos públicos, prédios administrativos, unidades escolares, unidades de saúde, equipamentos socioassistenciais, vias urbanas e rurais, áreas verdes e demais espaços públicos que demandam, de forma contínua, manutenção preventiva e corretiva, adequações estruturais e pequenos reparos. Para assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais e a preservação do patrimônio municipal, torna-se indispensável a contratação de fornecimento regular de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e ferramentas.

#### Análise de Alternativas

Foram consideradas as seguintes alternativas:

- Aquisições pontuais por dispensa de licitação – Alternativa limitada aos valores legais e a situações emergenciais, não sendo adequada para atender demandas permanentes, contínuas e previsíveis, além de elevar custos e reduzir o controle administrativo.
- Adesão a atas de registro de preços de outros entes – Viável apenas



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

quando houver ARP compatível, vigente e vantajosa, o que nem sempre ocorre, além de limitar a autonomia do Município quanto à gestão dos quantitativos e prazos de entrega.

- Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP) – Alternativa que possibilita contratações futuras e parceladas, conforme a real necessidade, com ampla competitividade, padronização de preços, flexibilidade operacional e maior controle da execução.

Justificativa da Solução Adotada

A solução mais adequada consiste na realização de Pregão Eletrônico, sob a forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), por se tratar de objeto de natureza comum, amplamente comercializado no mercado, possibilitando ampla concorrência e obtenção de preços mais vantajosos. O SRP permite aquisições conforme a real demanda, reduzindo estoques, evitando desperdícios, proporcionando agilidade no atendimento das necessidades e melhor planejamento orçamentário.

Benefícios Esperados

- Continuidade dos serviços públicos essenciais;
- Redução de custos com contratações emergenciais;
- Maior competitividade e obtenção de preços mais vantajosos;
- Flexibilidade e agilidade no fornecimento;
- Racionalização de estoques e melhor planejamento orçamentário;
- Preservação do patrimônio público;
- Melhoria da infraestrutura urbana e rural;
- Atendimento regular das demandas das áreas de saúde, educação, assistência social, meio ambiente e infraestrutura.

Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que a adoção do Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP) constitui a solução mais eficiente, econômica e juridicamente adequada para atender às demandas contínuas do Município de Heliópolis/BA, assegurando a regularidade dos serviços públicos, a preservação do patrimônio municipal e a efetividade das políticas públicas.

## **11. DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, VIII)**

A licitação será por item, visando propiciar a ampla participação de licitantes, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. A aquisição será mediante ordem de fornecimento, conforme necessidade das Unidades Administrativas, com o pagamento sendo executado de acordo com o mesmo.

Cabe também destacar entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União no Enunciado nº 247, de acordo com o qual sempre que o objeto da contratação for divisível, é obrigatória a sua adjudicação por item, conforme texto abaixo colacionado:

SÚMULA TCU 247: “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto,



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA  
CNPJ: 13.393.178/0001-91

possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

O parcelamento do objeto por item mostra-se técnica e economicamente viável, considerando que os materiais de construção, elétricos, hidráulicos e ferramentas possuem diferentes especificações, finalidades, unidades de fornecimento, padrões de qualidade, marcas e aplicações, o que justifica a separação dos itens para fins de contratação.

Tal medida visa ampliar a competitividade, possibilitando a participação de empresas que possuam capacidade técnica, comercial e logística para atender a apenas um, alguns ou a totalidade dos itens licitados, sem comprometer a economicidade e a eficiência da contratação. O fracionamento foi planejado de forma a evitar perda de economia de escala e garantir a vantajosidade para a Administração Pública, em conformidade com o interesse público.

A adoção do critério de julgamento por menor preço por item visa:

- Ampliar a competitividade, permitindo a participação de um número maior de fornecedores, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a legislação vigente;
- Assegurar a economicidade, por meio da seleção da proposta mais vantajosa para cada item específico, considerando suas características técnicas e a demanda real da Administração;
- Atender às necessidades da Prefeitura e de seus Fundos Municipais de forma precisa, evitando contratações desnecessárias, inadequadas ou incompatíveis com as atividades administrativas, educacionais, de saúde, assistência social, meio ambiente e infraestrutura;
- Evitar a concentração contratual, promovendo a distribuição do fornecimento entre diferentes fornecedores, de acordo com suas capacidades técnicas e logísticas, reduzindo riscos de indisponibilidade de materiais.

O parcelamento, portanto, não compromete a economicidade nem a eficiência da contratação, constituindo-se a alternativa mais racional e vantajosa para a Administração Pública, especialmente diante da diversidade, eventualidade e continuidade da demanda por materiais indispensáveis à execução das atividades da Prefeitura Municipal de Heliópolis/BA e de seus Fundos Municipais.

## **12. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, IX)**

Com a presente contratação pretende-se assegurar o fornecimento contínuo e regular de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e ferramentas, indispensáveis à manutenção, conservação, adequação e recuperação da infraestrutura pública municipal, garantindo a continuidade dos serviços públicos essenciais prestados pelas Secretarias e Fundos Municipais do Município de Heliópolis/BA.

Espera-se, como resultados, a redução de paralisações operacionais, a diminuição de contratações emergenciais, o melhor planejamento das manutenções preventivas e corretivas, a preservação do patrimônio público, bem como a melhoria das condições de segurança, acessibilidade, salubridade e conforto dos equipamentos públicos, especialmente unidades de saúde, educação, assistência social, prédios administrativos, vias públicas e áreas verdes.

A contratação também visa promover economicidade, eficiência





**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

administrativa e transparência, por meio da padronização de preços, ampliação da competitividade, racionalização de estoques e maior agilidade na reposição de materiais, assegurando a adequada execução das políticas públicas municipais e a melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população.

### **13. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, X)**

Para viabilizar a contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar, deverão ser adotadas as seguintes providências pela Administração:

- Elaboração do Documento de Formalização de Demanda (DFD), contendo as estimativas de quantitativos e valores, a justificativa técnica e administrativa da contratação, a forma de contratação sugerida (Pregão Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços) e a indicação da dotação orçamentária a ser utilizada;
- Aprovação do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, como instrumentos essenciais ao planejamento da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- Elaboração do processo licitatório, com definição da modalidade adequada (preferencialmente pregão eletrônico), elaboração do edital e publicação nos meios oficiais, observando os princípios da transparência, publicidade e isonomia.
- Realização de pesquisa de preços atualizada, com base em fontes oficiais (Banco de Preços, Painel de Preços do Governo Federal, contratações similares e propostas de fornecedores), visando à definição do valor estimado de forma objetiva e fundamentada.
- Registro e análise jurídica e técnica do processo, com manifestação das áreas competentes (jurídica e controle interno), garantindo a legalidade e a regularidade do procedimento.
- Previsão orçamentária e financeira para a contratação, com emissão de empenho e garantia de recursos, conforme os princípios da responsabilidade fiscal e do equilíbrio orçamentário.
- Condução da licitação e formalização da contratação, com celebração do instrumento contratual, registro no sistema oficial e publicação dos atos nos termos legais.
- Gestão e fiscalização contratual, por servidor ou comissão designada, a fim de garantir a conformidade na entrega dos insumos, o cumprimento dos prazos e das condições pactuadas, com aplicação de penalidades em caso de descumprimento.
- Adoção de medidas preventivas de controle e monitoramento dos estoques, com planejamento de novas aquisições, se necessário, para garantir o abastecimento contínuo e adequado.

### **14. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, X)**

Consideram-se contratações correlatas aquelas que, embora possuam objetos distintos, apresentam relação de complementaridade ou afinidade funcional, enquanto as contratações interdependentes são aquelas cuja execução está diretamente vinculada ou condicionada à existência de outra contratação, sendo indispensáveis entre si para o alcance do resultado pretendido pela Administração.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

No âmbito do Município de Heliópolis/BA, o presente processo de Registro de Preços para aquisição de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e ferramentas possui relação correlata e interdependente com a contratação realizada por meio do Pregão Eletrônico nº 22/2025, Processo Administrativo nº 62/2025, cujo objeto foi a prestação de serviços comuns de engenharia de forma parcelada, que originou a Ata de Registro de Preços nº 36/2025.

Referida contratação contempla a disponibilização de mão de obra especializada para execução de serviços de manutenção, reparos e pequenas obras, enquanto o presente certame visa ao fornecimento dos materiais e insumos necessários à execução desses serviços, evidenciando a interdependência entre os processos, uma vez que a plena execução dos serviços contratados depende da disponibilidade dos materiais ora licitados.

Dessa forma, as contratações se complementam, garantindo continuidade operacional, eficiência administrativa, racionalização de custos e efetividade das ações de manutenção da infraestrutura pública municipal, sem sobreposição de objetos ou duplicidade de despesas, observando os princípios do planejamento, economicidade e interesse público, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **15. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS**

**(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII)**

A presente contratação poderá gerar impactos ambientais decorrentes da produção, transporte, armazenamento, utilização e descarte de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e ferramentas, especialmente quanto à geração de resíduos sólidos, consumo de recursos naturais, emissões associadas ao transporte e risco de descarte inadequado de embalagens e sobras de materiais.

Para mitigação desses impactos, a Administração adotará critérios de sustentabilidade, priorizando, sempre que possível, a aquisição de materiais com maior vida útil, menor impacto ambiental, certificação ambiental, conformidade com normas da ABNT e do INMETRO, eficiência energética e embalagens recicláveis ou reutilizáveis.

A contratada deverá observar a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010, adotando procedimentos de destinação ambientalmente adequada de resíduos, sobras e embalagens, responsabilizando-se por sua coleta, transporte e destinação final, inclusive mediante logística reversa, quando aplicável (lâmpadas, pilhas, baterias, eletroeletrônicos e outros).

Deverão ser observadas ainda boas práticas de armazenamento e transporte, prevenindo vazamentos, derramamentos e contaminação do solo, da água e do ar, sendo a contratada responsável por quaisquer danos ambientais decorrentes de sua atuação.

A adoção dessas medidas visa minimizar impactos ambientais, promover o uso racional de recursos naturais, atender à legislação vigente e fortalecer as políticas públicas municipais de sustentabilidade e preservação ambiental.

## **16. ANÁLISE DE RISCO.**

**(Ref.: Art. 5º, art. 11, parágrafo único, art. 18, inciso X, e art. 174, todos da Lei nº 14.133/2021)**

A análise de riscos tem por finalidade identificar, avaliar e tratar os principais eventos que possam comprometer o planejamento, a contratação e a execução do fornecimento de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e ferramentas,



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA  
CNPJ: 13.393.178/0001-91

assegurando a continuidade dos serviços públicos essenciais e a vantajosidade da contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Foram considerados riscos nas fases de planejamento, licitação, contratação e execução, com definição de medidas preventivas e corretivas, visando mitigar impactos operacionais, financeiros, legais e ambientais.

N	Risco	Fase	Probabilidade	Impacto	Medidas Preventivas	Contingência	Responsável
1	Estimativa inadequada dos quantitativos	Planejamento	Média	Alto	Analisar histórico e validar demanda	Revisar quantitativos	Setor Demandante
2	Pesquisa de preços inconsistente	Planejamento	Baixa	Alto	Utilizar fontes oficiais	Nova pesquisa	Compras
3	Fracasso da licitação	Licitação	Média	Alto	Divulgação ampla	Nova licitação	Pregoeiro
4	Atraso na entrega	Execução	Média	Alto	Definir prazos	Sanções	Fiscal
5	Material fora do padrão	Execução	Média	Alto	Especificações técnicas	Substituição	Fiscal
6	Descontinuidade de fornecimento	Execução	Baixa	Alto	Múltiplos fornecedores	Convocar remanescentes	Compras
7	Impacto ambiental	Execução	Média	Médio	Logística reversa	Notificar	Fiscal Ambiental
8	Elevação de preços	Execução	Média	Médio	Monitorar mercado	Reequilíbrio	Financeiro
9	Falhas de fiscalização	Execução	Baixa	Médio	Designar fiscais	Substituir fiscal	Administração
10	Inexecução parcial	Execução	Baixa	Alto	Cláusulas de penalidade	Rescisão	Administração

## 16. DA CONCLUSÃO

(Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, XIII)

À luz das análises desenvolvidas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação destinada ao Registro de Preços para futura e eventual aquisição de



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA  
CNPJ: 13.393.178/0001-91

materiais de construção, elétricos, hidráulicos e ferramentas apresenta-se tecnicamente viável, operacionalmente necessária e compatível com a capacidade orçamentária da Administração, revelando-se adequada para atender às demandas contínuas e permanentes do Município de Heliópolis/BA.

As avaliações realizadas quanto aos aspectos técnicos, funcionais, operacionais, de segurança, ambientais e de usabilidade demonstraram que a solução proposta é apta a suprir, de forma eficiente, segura e econômica, as necessidades das Secretarias e Fundos Municipais envolvidos, assegurando a continuidade dos serviços públicos essenciais e a preservação do patrimônio municipal.

O ETP evidenciou a existência de mercado capaz de atender às especificações definidas, bem como a adequação da contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, que possibilita maior flexibilidade na execução, contratações conforme a demanda efetiva e racionalização dos recursos públicos. Restou demonstrada, ainda, a compatibilidade dos quantitativos estimados, da estimativa de valores e da opção pelo parcelamento por item com a natureza do objeto a ser contratado.

Considerando que o objeto compreende bens de natureza comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mostra-se recomendável a adoção da modalidade Pregão, na forma eletrônica, por favorecer a ampla competitividade, a transparência do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Diante do exposto, declara-se a viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo, com a elaboração do Termo de Referência e a adoção das demais providências necessárias à deflagração do procedimento licitatório, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**Heliópolis-BA, 18 de fevereiro de 2026.**

**Ana Luiza Almeida Mendonça**

**Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças**

**Eluiza Sousa Mendes**

**Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**

**Claudivan Alves dos Santos**

**Secretário Municipal de Saúde**

**Anailde Almeida Rosário Dantas**

**Secretária Municipal de Assistência Social**



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026**

**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de Materiais de Construção, Elétricos, Hidráulicos e Ferramentas, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social de Heliópolis-BA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	MÉDIA VALOR UNITÁRIO
1	ADAPTADOR PVC ROSCAVEL, COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO, 1/2" OU 20MM, PARA CAIXA D' ÁGUA	UNID.	80	R\$ 13,44
2	ADAPTADOR PVC ROSCAVEL, COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO, 3/4" OU 25MM, PARA CAIXA D' ÁGUA	UNID	80	R\$ 15,34
3	ADAPTADOR SOLDÁVEL FLANGE 25X3/4	UNID	80	R\$ 11,10
4	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, COM 175 GR, PINCEL	UNID	200	R\$ 17,58
5	AGUARRÁS 900 ML	UNID	40	R\$ 21,29
6	ALICATE UNIVERSAL 8"	UNID	10	R\$ 35,67
7	ARAME GALVANIZADO 16 BWG	KG	100	R\$ 26,19
8	ARAME RECOZIDO	KG	150	R\$ 19,05
9	ARCO DE SERRA AJUSTÁVEL	UNID	20	R\$ 25,52
10	ARGAMASSA COLANTE AC-I-E COM 15 KG	PACOTES	100	R\$ 14,00
11	ARGAMASSA COLANTE AC-II-E COM 15 KG	PACOTES	100	R\$ 22,63
12	ASSENTO PARA VASO SANITARIO, PLASTICO, UNIVERSAL, BRANCO, TIPO CONVENCIONAL	UNID	100	R\$ 36,18
13	BACIA CONV SAVEIRO BR	UNID	50	R\$ 202,19
14	BALDE PARA CONCRETO 12 L ALÇA METÁLICA	UNID	50	R\$ 14,04
15	BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA ALUM	UNID	200	R\$ 13,86
16	BOTA BORRACHA (SETE LÉGUAS OU SIMILAR)	PARES	20	R\$ 49,28
17	BOTINA ELÁSTICO S/B PRETO	UNID	30	R\$ 63,61
18	BROCA CONCRETO 8,00MM	UNID	30	R\$ 11,65
19	BROCA SDS PLUS 10 X 260MM	UNID	30	R\$ 14,13
20	BROCA SDS PLUS 6 X 110MM	UNID	30	R\$ 14,50
21	BROXA RETANGULAR 8MM X 18MM	UNID	20	R\$ 10,60
22	BROXA RETANGULAR 8MM X 75MM	UNID	20	R\$ 8,00



**ESTADO DA BAHIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

23	BUCHA DE NYLON S-06	UNID	200	R\$ 0,09
24	BUCHA DE NYLON S-08	UNID	200	R\$ 0,13
25	BUCHA DE NYLON S-10	UNID	200	R\$ 0,20
26	BUCHA ELETROD. 1"	UNID	100	R\$ 2,33
27	BUCHA PLÁSTICA COM ANEL Nº 06	UNID	100	R\$ 0,13
28	CABO FLEXÍVEL 1.5MM	METROS	1500	R\$ 1,80
29	CABO FLEXÍVEL 2.5MM	METROS	1500	R\$ 2,59
30	CABO FLEXÍVEL 4.0MM	METROS	2000	R\$ 4,27
31	CABO FLEXÍVEL 6.0MM	METROS	2500	R\$ 5,93
32	CADEADO 40MM	UNID	50	R\$ 33,59
33	CADEADO 50MM	UNID	50	R\$ 37,84
34	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 1000 LITROS, COM TAMPA	UNID	100	R\$ 463,54
35	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 500 LITROS, COM TAMPA	UNID	100	R\$ 284,27
36	CAIXA DE DESCARGA DE PLÁSTICO EXTERNA, DE *9* L, PUXADOR FIO DE NYLON, NAO INCLUSO CANO, BOLSA, ENGATE	UNID	100	R\$ 46,41
37	CAIXA DE MEDICAÇÃO BI OU TRIFÁSICA, EM NORIL (POLICARBONATO)	UNID	5	R\$ 139,79
38	CAIXA DE MEDICAÇÃO MONOFÁSICA COELBA	UNID	20	R\$ 56,78
39	CAL PARA PINTURA 8 KG	SACOS	200	R\$ 30,73
40	CANELETA PVC 2M COM FITA	UNID	100	R\$ 8,55
41	CARRINHO DE MÃO GALV. POP	UNID	20	R\$ 168,34
42	CERÂMICA 67 X 67 CM - PISO REVIERA	M²	400	R\$ 40,33
43	CHAVE DE FENDA 1/8" X 4"	UNID	10	R\$ 10,55
44	CHUVEIRO ELÉTRICO, 220V X 5500W	UNID	20	R\$ 62,01
45	CHUVEIRO PLÁSTICO BRANCO SIMPLES 5 " PARA ACOPLAR EM HASTE 1/2 ", ÁGUA FRIA	UNID	40	R\$ 13,62
46	CIMENTO (SACO DE 50 KG)	SACOS	2000	R\$ 43,77
47	COLA PVC 17G BISNAGA	UNID	200	R\$ 2,96
48	CONECTOR P/ HASTE DE ATERRAMENTO 5/8"	UNID	30	R\$ 5,70
49	CORDA SEDA 12MM	METROS	500	R\$ 2,67
50	CORDÃO DE COBRE, FLEXÍVEL, TORCIDO, CLASSE 4 OU 5, ISOLACÃO EM PVC/D, 300 V, 2 CONDUTORES DE 1,5 MM²	METROS	400	R\$ 3,89
51	CORDÃO DE COBRE, FLEXIVEL, TORCIDO, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAOEM PVC/D, 300 V, 2 CONDUTORES DE 2,5 MM²	METROS	400	R\$ 5,94
52	CORDÃO DE COBRE, FLEXIVEL, TORCIDO, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAOEM PVC/D, 300 V, 2 CONDUTORES DE 4 MM²	METROS	400	R\$ 9,77
53	CURVA AZUL 90° DE 50MM	UNID	50	R\$ 13,39



# ESTADO DA BAHIA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

54	CURVA ELETROD. 90° 1"	UNID	30	R\$ 5,95
55	CURVA ELETROD. 180° 1"	UNID	30	R\$ 6,79
56	DISJUNTOR TIPO DIN, UNIPOLAR 10A	UNID	30	R\$ 10,06
57	DISJUNTOR TIPO DIN, UNIPOLAR 16A	UNID	30	R\$ 10,33
58	DISJUNTOR TIPO DIN, UNIPOLAR 20A	UNID	30	R\$ 10,41
59	DISJUNTOR TIPO DIN, UNIPOLAR 25A	UNID	30	R\$ 10,99
60	DISJUNTOR TIPO DIN, UNIPOLAR 32A	UNID	20	R\$ 10,90
61	DISJUNTOR TIPO DIN, UNIPOLAR 40A	UNID	30	R\$ 11,87
62	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 40A	UNID	20	R\$ 39,44
63	DOBRADIÇA GALV 3.1/2 C/2	UNID	20	R\$ 8,93
64	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, DE 25 MM	METROS	300	R\$ 1,49
65	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2 " X 30 CM	UNID	50	R\$ 5,68
66	ENXADA C/ CABO	UNID	15	R\$ 50,49
67	ENXADA NORTE 2.0 SEM CABO	UNID	20	R\$ 44,27
68	ESCADA DOMÉSTICA, MATERIAL ALUMÍNIO, NÚMERO DEGRAUS 7	UNID	10	R\$ 270,63
69	ESMALTE SINTÉTICO 3 L, TODAS AS CORES	GALÕES	50	R\$ 114,35
70	ESPÁTULA DE AÇO INOX COM CABO DE PLÁSTICO, LARGURA 10 CM	UNID	30	R\$ 8,86
71	FECHADURA EXTERNA DE AÇO	UNID	100	R\$ 54,61
72	FECHADURA INTERNA DE AÇO	UNID	100	R\$ 44,98
73	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, EM ROLO DE 19 MM X 20 M, COMUM	UNID	30	R\$ 10,97
74	FITA PLÁSTICA ZEBRADA PARA DEMARCAÇÃO DE ÁREAS	UNID	50	R\$ 15,77
75	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 10 M (L X C)	UNID	50	R\$ 6,47
76	HASTE DE ATERRAMENTO EM AÇO COM 2,40 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, COM CONECTOR TIPO GRAMPO	UNID	30	R\$ 64,64
77	INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UNID	100	R\$ 13,13
78	JOELHO ÁGUA AZUL 50 MM	UNID	50	R\$ 4,85
79	JOELHO ÁGUA SOLDÁVEL 60 MM	UNID	20	R\$ 11,84
80	JOELHO ESGOTO DN 100 MM	UNID	300	R\$ 6,15
81	JOELHO ESGOTO DN 40 MM	UNID	300	R\$ 1,23
82	JOELHO ESGOTO DN 50 MM	UNID	300	R\$ 2,74
83	JOELHO ESGOTO DN 75 MM	UNID	300	R\$ 4,88
84	LÂMINA DE SERRA 1/2X12"	UNID	100	R\$ 13,03

**ESTADO DA BAHIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

85	LÂMPADA LED 12 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UNID	100	R\$ 5,98
86	LÂMPADA LED 6 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UNID	200	R\$ 4,03
87	LÂMPADA LED 9 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UNID	200	R\$ 4,70
88	LÂMPADA LED 20 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UNID	50	R\$ 9,04
89	LIXA D'ÁGUA GRÃO 100	UNID	200	R\$ 2,23
90	LIXA D'ÁGUA GRÃO 220	UNID	40	R\$ 2,07
91	LIXA FERRO 36	UNID	20	R\$ 3,48
92	LIXA FERRO 50	UNID	20	R\$ 3,01
93	LIXA MASSA 100	UNID	40	R\$ 1,21
94	LIXA MASSA 120	UNID	40	R\$ 1,21
95	LIXA MASSA 150	UNID	50	R\$ 1,22
96	LIXA MASSA 180	UNID	50	R\$ 1,38
97	LIXA MASSA 60	UNID	50	R\$ 1,36
98	LONA PLÁSTICA PRETA/BRANCA 150MC	METROS	500	R\$ 20,53
99	LUVA ÁGUA AZUL 50 MM	UNID	300	R\$ 4,26
100	LUVA ÁGUA AZUL 75 MM	UNID	300	R\$ 6,46
101	LUVA DE CORRER ÁGUA 50 MM SOLDÁVEL	UNID	200	R\$ 22,18
102	LUVA DE CORRER ÁGUA 60 MM SOLDÁVEL	UNID	100	R\$ 35,32
103	LUVA DE CORRER ÁGUA 25 MM SOLDÁVEL	UNID	100	R\$ 11,50
104	LUVA DE CORRER ÁGUA 20 MM SOLDÁVEL	UNID	100	R\$ 10,38
105	LUVA IRRIGAÇÃO AZUL 75MM PN 80	UNID	20	R\$ 20,05
106	LUVA SOLDÁVEL ÁGUA 40 MM	UNID	30	R\$ 3,04
107	LUVA SOLDÁVEL ÁGUA 50 MM	UNID	200	R\$ 3,92
108	LUVA SOLDÁVEL ÁGUA 60 MM	UNID	50	R\$ 12,05
109	LUVA SOLDÁVEL ÁGUA 25 MM	UNID	100	R\$ 0,72
110	LUVA SOLDÁVEL ÁGUA 20 MM	UNID	100	R\$ 0,62
111	MANGUEIRA CRISTAL PARA NIVEL, LISA, PVC TRANSPARENTE, 3/8" X1,5 MM	METROS	300	R\$ 3,43
112	MANGUEIRA PARA JARDIM 1/2	METROS	1500	R\$ 4,40
113	MARRETA 1 KG COM CABO	UNID	10	R\$ 37,91
114	MARTELO COM UNHA	UNID	10	R\$ 30,98
115	MASSA A ÓLEO PARA MADEIRA 1 KG	GALÕES	8	R\$ 19,00
116	MASSA ACRÍLICA 10 KG	SACOS	200	R\$ 41,55
117	MASSA ACRÍLICA 18LTS	UNID	200	R\$ 92,95
118	MASSA CORRIDA 10 KG	SACOS	200	R\$ 22,40
119	MASSA CORRIDA 18 LTS	UNID	200	R\$ 42,90
120	PÁ QUADRADA	UNID	30	R\$ 37,66
121	PÁ QUADRADA COM CABO	UNID	10	R\$ 49,85
122	PAPELEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO	UNID	10	R\$ 32,30

**ESTADO DA BAHIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

123	PARAFUSO COM BUCHA, PARA VASO SANITÁRIO	UNID	50	R\$ 3,78
124	PARAFUSO PHILIPS 4.0X40 (6)	UNID	200	R\$ 0,18
125	PARAFUSO PHILIPS 5.0X50 (8)	UNID	200	R\$ 0,25
126	PERFIL COLONIAL (RODA FORRO)	METROS LINEAR	50	R\$ 5,90
127	PIA DE COZINHA 1,20M - INOX COM UMA CUBA	UNID	20	R\$ 243,96
128	PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 1.1/2 " (38 MM)	UNID	20	R\$ 5,83
129	PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 2 "	UNID	20	R\$ 7,97
130	PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 2 1/2"	UNID	20	R\$ 10,16
131	PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 3 " (75 MM)	UNID	20	R\$ 12,41
132	PISO AC 45X45 NATURAL BLANCO PLUS	METROS	300	R\$ 31,16
133	PLAFON PLÁSTICO BRANCO COM SOQUETE E-27	UNID	50	R\$ 5,92
134	PLUG DE EXTENÇÃO MACHO 10A	UNID	50	R\$ 4,90
135	PLUG DE EXTENÇÃO FÊMEA 10A	UNID	50	R\$ 4,69
136	PLUG FÊMEA 2P+T 20A PT	UNID	30	R\$ 6,85
137	PLUG MACHO 2P+T 20A PT	UNID	30	R\$ 6,58
138	PNEU PARA CARRINHO	UNID	30	R\$ 37,23
139	PORTA CANELÃO COM MOLDURA 60CM	UNID	50	R\$ 323,19
140	PORTA CANELÃO LISA 60CM	UNID	50	R\$ 239,80
141	PORTA CANELÃO COM MOLDURA 70CM	UNID	50	R\$ 308,33
142	PORTA CANELÃO LISA 70CM	UNID	50	R\$ 231,04
143	PORTA CANELÃO COM MOLDURA 80CM	UNID	50	R\$ 325,55
144	PORTA CANELÃO LISA 80CM	UNID	50	R\$ 224,10
145	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 10 X 09 (3/4X17)	KG	20	R\$ 25,57
146	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 10 X 10 (7/8 X 17)	KG	50	R\$ 37,41
147	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	50	R\$ 18,74
148	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 15 X 18 (1 1/2" X 13)	KG	30	R\$ 18,96
149	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 16 X 21 (2 X 12)	KG	30	R\$ 18,54
150	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 16 X 24 (2 1/4 X 12)	KG	30	R\$ 20,56
151	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 18 X 24 (2 1/4 X 10)	KG	30	R\$ 21,13
152	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 18 X 27 (2 1/2 X 10)	KG	50	R\$ 21,55

**ESTADO DA BAHIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

153	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	40	R\$ 21,67
154	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 19 X 33 (3 X 9)	KG	30	R\$ 20,03
155	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 19 X 36 (3 1/4 X 9)	KG	50	R\$ 19,82
156	PREGO TELHEIRO 500 G (PACOTE COM 30 UNIDADES)	PACOTES	15	R\$ 13,86
157	RALO SECO PVC, QUADRADO, D = 100 X 52 X 40MM, REF. Nº21, ACABAMENTO BRANCO	UNID	30	R\$ 14,31
158	REFLETOR LED 100W PT 6.500K	UNID	50	R\$ 36,38
159	REGISTRO ESFERA DE 20 MM	UNID	30	R\$ 5,73
160	REGISTRO ESFERA DE 25 MM	UNID	30	R\$ 6,32
161	REGISTRO ESFERA DE 50 MM	UNID	100	R\$ 22,68
162	REGISTRO PRESSÃO, DE 1/2"	UNID	10	R\$ 37,33
163	REJUNTE PARA PISOS E REVESTIMENTOS CERÂMICOS 1KG	PACOTES	50	R\$ 7,72
164	REV NATURALLE BLANCO 37X59	M <sup>2</sup>	400	R\$ 33,97
165	ROLDANA PARA RACK 72X72	UNID	50	R\$ 9,94
166	ROLO ESPUMA 15CM C/CABO	UNID	20	R\$ 9,92
167	ROLO ESPUMA 9CM C/CABO	UNID	20	R\$ 7,09
168	ROLO LÃ 23CM ANTI RESPINGO C/CABO	UNID	20	R\$ 28,51
169	ROLO LÃ 9CM ANTI RESPINGO C/CABO	UNID	10	R\$ 8,10
170	SIFÃO PARA LAVATÓRIO EM PVC, 1 1/2" X 40 MM, ACABAMENTO BRANCO OU SIMILAR, PADRÃO	UNID	50	R\$ 7,37
171	SOQUETE DE PVC / TERMOPLASTICO BASE E27, COM RABICHO, PARA LAMPADAS	UNID	200	R\$ 2,97
172	TALHADEIRA CHATA 10"	UNID	10	R\$ 17,40
173	TAMPA CEGA EM PVC PARA CONDULETE 4 X 2"	UNID	200	R\$ 4,19
174	TE ÁGUA 20MM	UNID	100	R\$ 1,24
175	TE ÁGUA 25MM	UNID	100	R\$ 1,55
176	TE ÁGUA 50MM	UNID	100	R\$ 9,61
177	TE ÁGUA 60MM	UNID	20	R\$ 25,46
178	TE ESGOTO 100 MM	UNID	200	R\$ 13,51
179	TE ESGOTO 75 MM	UNID	200	R\$ 10,33
180	TE ESGOTO 50 MM	UNID	200	R\$ 6,34
181	TE ESGOTO 40 MM	UNID	200	R\$ 2,95
182	TINNER 900 ML	UNID	30	R\$ 18,36
183	TINTA LÁTEX 18LT INTERIORES E EXTERIORES	UNID	50	R\$ 236,69





# ESTADO DA BAHIA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

184	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UNID	60	R\$ 6,19
185	TORNEIRA JARDIM PT	UNID	30	R\$ 2,96
186	TORNEIRA PIA B/A MARUJA BR	UNID	30	R\$ 28,47
187	TORNEIRA PLÁSTICA PARA LAVATÓRIO	UNID	30	R\$ 20,59
188	TRELIÇA BARRA COM 6 METROS	BARRAS	40	R\$ 64,98
189	TUBO ELETRODUTO 1 POLEGADA	BARRAS	30	R\$ 18,57
190	TUBO PVC AZUL PN40 DE 50 MM (BARRA COM 6 METROS)	BARRAS	1000	R\$ 29,48
191	TUBO PVC AZUL PN40 DE 75 MM (BARRA COM 6 METROS)	BARRAS	200	R\$ 38,39
192	TUBO PVC AZUL PN80 DE 50 MM (BARRA COM 6 METROS)	BARRAS	500	R\$ 45,58
193	TUBO PVC AZUL PN80 DE 75 MM (BARRA COM 6 METROS)	BARRAS	200	R\$ 103,63
194	TUBO PVC ESGOTO 40 MM	BARRAS	300	R\$ 39,42
195	TUBO PVC ESGOTO 50 MM	BARRAS	200	R\$ 49,29
196	TUBO PVC ESGOTO 75 MM	BARRAS	200	R\$ 59,15
197	TUBO PVC ESGOTO 100 MM	BARRAS	300	R\$ 61,08
198	TUBO SOLDÁVEL 20MM (BARRA COM 6 METROS)	UNID	1000	R\$ 13,59
199	TUBO SOLDÁVEL 25MM (BARRA COM 6 METROS)	UNID	300	R\$ 19,08
200	TUBO SOLDÁVEL 32MM (BARRA COM 6 METROS)	UNID	200	R\$ 42,51
201	VÁLVULA EM PVC PARA PIA DE COZINHA, ACABAMENTO BRANCO	UNID	50	R\$ 4,76
202	VASO SANITÁRIO CONVENCIONAL, LOUÇA BRANCA	UNID	30	R\$ 211,72
203	VITRÔ BASCULANTE DE ALUMÍNIO 50 CM X 50 CM	UNID	20	R\$ 90,55
204	ZINCO CHAPA 0,43 X 0,30	METROS	50	R\$ 30,08
205	ZINCO CHAPA 0,47 X 0,50	METROS	50	R\$ 48,83
206	ZINCO CHAPA 0,43 X 0,60	METROS	50	R\$ 54,80
207	ZINCO CHAPA 0,43 X 0,70	METROS	20	R\$ 51,81
208	ARGAMASSA COLANTE AC - III COM 15 KG	PACOTES	100	R\$ 38,19
209	FIO TORCIDO 2 X 1,00 MM	METROS	1000	R\$ 2,76
210	FIO TORCIDO 2 X 1,50 MM	METROS	500	R\$ 3,60
211	FIO TORCIDO 2 X 2,5 MM	METROS	500	R\$ 5,50
212	BALDE DE TINTA 15 LITROS, PISO E PAREDES, TODAS AS CORES	UNID	50	R\$ 274,26
213	BALDE DE TINTA 15 LITROS, ACRÍLICA, INTERIOR, TODAS AS CORES	UNID	50	R\$ 136,33



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

214	BALDE DE TINTA 3 LITROS, PISO E PAREDES, TODAS AS CORES	UNID	50	R\$ 39,41
215	BALDE DE TINTA 3 LITROS, ACRÍLICA, INTERIOR, TODAS AS CORES	UNID	50	R\$ 42,20
216	ESMALTE SINTÉTICO 750 ML, TODAS AS CORES	UNID	50	R\$ 36,37

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. A presente contratação ainda não está incluída no Plano de Contratações Anual em razão da sua ainda construção.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. A prestação dos serviços é enquadrada como continuado tendo em vista que a necessidade é permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação e descrição da necessidade da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A solução mais adequada para atender às necessidades dos órgãos envolvidos, visando à maior economicidade e cumprimento do interesse público, é o de **Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preço (SRP)**.

3.2. Diante das alternativas apresentadas pelo mercado, sopesando-se os prós e contras de cada uma delas, a solução escolhida a ser adotada pelo município é a única solução existente. Ressalta-se que não foram identificados requisitos que restrinjam a competitividade de mercado.

3.3. Mais detalhes sobre a solução como um todo, levando em consideração o ciclo de vida do objeto e suas especificações encontra-se pormenorizada em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos e líquidos.

4.3. Respeitar as Normas Brasileiras da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

4.4. A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental no fornecimento dos produtos, conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 14.133/2021.

### **Subcontratação**

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

### **Garantia da contratação**

4.6. Nos termos do artigo 58 da Lei Federal Nº 14.133/2021, a Garantia da Proposta, limitada a 1% (um inteiro por cento) do valor estimado do objeto da contratação, deverá ser recolhida pela licitante, sob uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do artigo 96 da Lei Federal Nº 14.133/2021, devendo apresentar o comprovante para ser aceito no certame, sob o risco de ser desclassificado.

4.7. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.8. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições dos Serviços:**

5.1. O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma parcelada, fracionada e sob demanda, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Ordem de Fornecimento/Empenho pela Administração, de acordo com as necessidades efetivas das Secretarias e Fundos Municipais participantes.

5.2. A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado Central do Município de Heliópolis/BA ou em outros locais previamente indicados na Ordem de Fornecimento, podendo abranger unidades escolares, unidades de saúde, equipamentos socioassistenciais, prédios administrativos, obras e frentes de serviço urbano e rural, conforme a natureza do material requisitado.

5.3. O prazo máximo para entrega será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo ser reduzido em situações emergenciais devidamente justificadas pela Administração, ou ampliado mediante autorização expressa e formal do órgão requisitante.

5.4. As entregas deverão ser realizadas em dias úteis, no horário compreendido entre 08h00 e 12h00 e das 14h00 às 17h00, ou em outro horário previamente autorizado, devendo ser previamente agendadas com o setor requisitante.

5.5. Todos os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, originais de fábrica, embalados adequadamente, acompanhados de Nota Fiscal correspondente, em conformidade com as especificações técnicas, marcas de referência (quando houver), normas da ABNT, certificações do INMETRO e demais exigências constantes neste Termo de Referência.

5.6. É vedado o fornecimento de produtos usados, recondicionados, remanufaturados, fora de linha de fabricação, em desacordo com as normas técnicas ou com prazo de validade inferior ao mínimo exigido, quando aplicável.

5.7. No ato da entrega, será realizada conferência quantitativa e qualitativa dos materiais pelo fiscal do contrato ou servidor designado, podendo ocorrer a recusa total ou parcial dos itens que apresentarem divergências de especificação, avarias, defeitos, prazos de validade inadequados ou desacordo com a Ordem de Fornecimento.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

5.8. Os materiais recusados deverão ser substituídos integralmente pela contratada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.9. A contratada será responsável por todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, seguro, tributos, embalagens e demais encargos, não sendo admitida qualquer cobrança adicional.

5.10. A entrega somente será considerada definitivamente concluída após o atesto formal do fiscal do contrato e o recebimento definitivo dos materiais pela Administração.

**Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.12. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração:

a) O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

b) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

c) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

d) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

e) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Gestor do Contrato**

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do Registro de preço para ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA  
CNPJ: 13.393.178/0001-91

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado ou não.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

f) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- g) O prazo de validade;
- h) A data da emissão;
- i) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- j) O período respectivo de execução do contrato;
- k) O valor a pagar; e
- l) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante



## ESTADO DA BAHIA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

#### **Forma de pagamento**

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR POR ITEM**.

8.1.1. Com base no Decreto Municipal Nº 36, de março de 2024, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito do município de Heliópolis. artigo 8º “Os órgãos e as entidades deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação dos BENEFICIADOS nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).”

**Regime de execução:**

8.2. O regime de execução do contrato será parcelado.

**Exigências de habilitação:**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade Simples:** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9.1. As demais exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora. A IN – Seges/ME Nº 73/2022 estabeleceu que os documentos poderão ser inicialmente apresentados em tradução livre, sendo a tradução juramentada exigida somente para fins de assinatura do contrato;

8.9.2. A solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil, quando cabível, também deverá ser comprovada no momento da assinatura do contrato



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA  
CNPJ: 13.393.178/0001-91

**8.10. Consórcio de empresas:** A comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, além da indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

**8.11. Sociedade cooperativa:** Ata de fundação e estatuto social em vigor com as respectivas alterações, registrado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, acompanhado da ata que o aprovou; certificado de registro da cooperativa na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ou na entidade estadual, se houver; ata da assembleia de eleição do órgão de administração com mandato vigente; regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou; editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados. As cooperativas de trabalho, além de apresentar esses documentos, devem comprovar que o objeto da licitação se enquadra nos serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa;

**8.12. Documento oficial de identificação do titular, sócio ou administrador da pessoa jurídica (TCU – Acórdão 3.273/2013 – Plenário:** “A ausência do documento de identificação do responsável legal é motivo suficiente para inabilitação.”);

**8.13.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.14.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.15.** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual, municipal ou distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. Assim, por exemplo, se o objeto do certame se referir a compra de bens, deve ser exigida do licitante inscrição no cadastro de contribuinte estadual (pois o ICMS, imposto relativo à circulação de mercadorias, é tributo estadual); se for o caso de prestação de serviços, será exigida do licitante a inscrição municipal (pois o imposto sobre serviços, ISS, é tributo municipal);

**8.16.** Regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive os relativos à Seguridade Social, emitida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

**8.17.** Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do licitante;

**8.18.** Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do licitante;

**8.19.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.20.** Regularidade perante a Justiça do Trabalho. Poderá ser comprovada por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou, no caso de existirem débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, poderá ser emitida a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que terá os mesmos efeitos da CNDT;



## ESTADO DA BAHIA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

8.21. Declaração de que o licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.22. Declaração de que o licitante não emprega menores de 16 de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos; e que empregados menores de 18 anos de idade não realizam trabalho noturno, perigoso ou insalubre (em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF/1988).

8.23. Sendo permitida a participação de Cooperativas, o edital deve exigir a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados que executarão o contrato

8.24. Os licitantes enquadrados como ME/EPP e que fizerem jus ao tratamento diferenciado previsto na LC Nº 123/2006, se tiverem alguma restrição em seus documentos de habilitação fiscal e trabalhista, poderão regularizar a documentação em até 5 dias úteis (prazo prorrogável por igual período) após terem sido declarados vencedores do certame

8.25. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei Nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.27. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.28. Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação;

8.29. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.29.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e So.vência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.29.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.29.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.29.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.29.5. Cópia do termo de abertura e encerramento do Livro Diário, onde conste o Registro da Junta Comercial ou órgão competente, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios, como as notas explicativas em conformidade com o NBC TG no 1000 do (CPC PME), e na Resolução CFC no 1.255 de 10 de dezembro de 2009, bem como o art. 176 da Lei 6.404/1976, bem como no § 4º do Art. 176 da Lei Nº 6.404/76, acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional válida emitida pelo





ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

Conselho Regional de Contabilidade (CRC), CERTIFICANDO que o (a) profissional encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil, de acordo com a Resolução Nº 1.637/2021- CFC.

8.29.6. Dispensar o MEI da apresentação do Balanço Patrimonial. A fundamentação desta tese é a de que os MEIs estão dispensados de manter contabilidade formal, não possuindo Livro Diário ou Livro Caixa e a exigência de Balanço imputaria ônus excessivo ao microempresário. Ademais, estariam os MEIs desobrigados de produzir Balanço Patrimonial, conforme o § 2º do art. 1.179 do Código Civil.

8.29.7. A licitante deverá apresentar, juntamente com o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis exigidas para fins de qualificação econômico-financeira, Certidão de Regularidade Profissional do Contador responsável pela escrituração contábil, emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, com finalidade específica para editais de licitação, dentro do prazo de validade, podendo ser apresentada em meio físico ou eletrônico, inclusive quando emitida por meio do site oficial do respectivo Conselho.

8.29.8. O documento mencionado deve se referir estritamente ao objeto deste processo licitatório, identificando o Pregão Eletrônico e o Processo Administrativo.

8.29.9. A certidão deverá comprovar que o profissional contábil se encontra regular e apto ao exercício da atividade, nos termos do Decreto-Lei Nº 9.295/1946, sendo o responsável técnico pela elaboração e assinatura das demonstrações contábeis apresentadas.

8.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.31. A boa situação financeira do licitante será comprovada com a apresentação de **Declaração** contendo as Demonstrações Contábeis transcritas do instrumento próprio, completando-se com a indicação e **assinaturas do titular ou de representante legal da empresa e do profissional da contabilidade legalmente habilitado** de forma digital com base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021 e artigo 1184, inciso II do Código Civil para Demonstrações que possuam mais de 90 (noventa) dias após o registro no Órgão competente, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial.

#### **Qualificação Técnica**

8.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou Atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso:

8.33.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes Atestados executados de forma concomitante.

8.33.2. Os Atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.34. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos Atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

8.35. Alvará de Funcionamento ou Licença Sanitária (quando necessário) expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado - A licitante deverá apresentar documento válido, que comprove que a empresa está autorizada a exercer atividades de manipulação, armazenamento ou comercialização.

**Disposições gerais sobre habilitação**

8.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto desta Ata de Registro, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na aquisição em conformidade com o objeto.

9.2. Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tornar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

9.3. Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

9.4. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

9.5. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto - cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

9.6. Responsabilizar-se pelas despesas médicas e hospitalares com seus empregados, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho, bem como dos servidores e terceiros no caso de acidentes que venham a ocorrer durante a prestação do objeto, não cabendo qualquer ônus para a administração;

9.7. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

conhecimento em razão da execução do objeto do Termo de Referência, devendo orientar os empregados nesse sentido.

9.8. Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.9. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

9.10. Realizar a entrega em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.

9.11. A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;

9.12. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

9.13. É vedada a subcontratação da obrigação.

9.14. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a fornecer os materiais.

#### **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

10.1. A CONTRATANTE se obriga a cumprir as condições pactuadas neste e os prazos para pagamento;

10.2. A Contratante se reserva no direito, de fiscalizar durante a vigência do contrato, a execução do objeto contratado, solicitando todas as informações que julgar necessário;

10.3. Pagar conforme estabelecido, as obrigações financeiras decorrentes do presente Contrato, na integralidade dos seus termos;

10.4. Designar, no ato da assinatura deste contrato, preposto para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto licitado, com poderes plenos para gerenciar técnica e administrativamente o mesmo;

10.5. Fornecer, em tempo hábil, à CONTRATADA todos os elementos técnicos e administrativos, necessários à execução do objeto, bem como entregar livre e desimpedidas as áreas onde serão entregues os materiais, objeto deste contrato.

10.6. A contratada deverá caso houver necessidade arcar com as despesas de hospedagem, alimentação e transporte da equipe técnica da contratada a serviço da contratante.

#### **11 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 768.245,60 (Setecentos e Sessenta e Oito Mil, Duzentos e Quarenta e Cinco Reais e Sessenta Centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

#### **12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA  
CNPJ: 13.393.178/0001-91

<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Ação</b>	<b>Classe Econômica</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
03.05 – Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças.	2.006 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos do Departamento.	3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo	15000000 – Recursos não vinculados de Impostos.
06.14 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.	2.057 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos – Infraestrutura.	3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo	15000000 – Recursos não vinculados de Impostos. 17040000 – Transferência da União referentes a compensações financeiras pela exploração de recursos naturais.
08.13 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	2.065 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos – Desenvolvimento Econômico.	3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo	15000000 – Recursos não vinculados de Impostos.
07.10 – Fundo Municipal de Assistência Social	2.039 – Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social;  2.040 – Manutenção da Proteção Social Básica SUAS	3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo	15000000 – Recursos não vinculados de impostos. 16600000 – Transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS. 16610000 – Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
04.01 – Fundo Municipal de Educação	2.011 – Coordenação e Manutenção dos Serviços	3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo	15001001 – Recursos não vinculados de impostos destinado



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA  
CNPJ: 13.393.178/0001-91

	Administrativos – Educação  2.018 – Funcionamento da Rede de Educação Básica – Ensino Fundamental		a despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino. 15500000 – Transferência do Salário-Educação 15400000 – Transferência do FUNDEB-Impostos e Transferência de Impostos.
05.09 – Fundo Municipal de Saúde	2.029 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos – Saúde.	3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo	15001002 – Recursos não vinculados de impostos destinado a despesa com ações e serviços públicos de saúde.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12.4. **12.4. APROVO** o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias ao fornecimento, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

**Heliópolis-BA, 18 de fevereiro de 2026.**

**Ana Luiza Almeida Mendonça**  
**Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças**

**Eluiza Sousa Mendes**  
**Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**

**Claudivan Alves dos Santos**  
**Secretário Municipal de Saúde**

**Anilde Almeida Rosário Dantas**  
**Secretária Municipal de Assistência Social**





ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026**

**ANEXO III**

**CARTA DE APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE PREÇOS**

A

Prefeitura Municipal de Heliópolis/BA

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH**

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH, conforme especificação constante do Termo de Referência do Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) Prazo de validade da proposta: ..... (.....) dias;

b) Prazo para fornecimento: ..... (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

**Para tanto, nos propomos a fornecer os materiais licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo**  
**preço global de R\$ \_\_\_\_\_**  
**(\_\_\_\_\_).**

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (do representante legal)

**Observação:** emitir em papel que identifique a licitante.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026**

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS**

A

Prefeitura Municipal de Heliópolis/BA

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH**

<b>LICITANTE:</b>		
<b>END. COMERCIAL:</b>		<b>UF:</b>
<b>CEP:</b>	<b>FONE/FAX:</b>	<b>CONTATO:</b>
<b>INSC. ESTADUAL:</b>		<b>CNPJ:</b>
<b>E-MAIL:</b>		<b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b>
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>		
<b>DADOS BANCÁRIOS:</b>		

**OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Materiais de Construção, Elétricos, Hidráulicos e Ferramentas, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social de Heliópolis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.**

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal Nº 14.133/2021, demais legislação aplicável e às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH.

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1						
2						
3						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

**RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LOCAL DATA**

\_\_\_\_\_

**ASSINATURA**

**Observações:**

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.

EDITAL



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026**

**ANEXO V**

**MODELO DE CREDENCIAL**

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,  
Prefeitura Municipal de Heliópolis/BA  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH**

Sr. Pregoeiro,

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº ....., com sede à ....., neste ato representado pelo (s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor (a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de preço para Identidade nº ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto ao Órgão..... praticar todos os atos necessários, relativos ao procedimento licitatório na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal  
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÕES**

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,

Prefeitura Municipal de Heliópolis/BA

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH**

Sr. Pregoeiro,

A signatária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ  
Nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal  
\_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade Nº \_\_\_\_\_ e CPF  
Nº \_\_\_\_\_, DECLARA QUE:

De acordo com o disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Sim ( ) Não ( )**

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

**Sim ( ) Não ( )**

Que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

**Sim ( ) Não ( )**

Igualmente, declara que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

**Sim ( ) Não ( )**

Declara também que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

**Sim ( ) Não ( )**

Que se enquadra no Art. 34 d Lei 11.488/2007 e atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º (microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa):

**Sim ( ) Não ( )**

- Que a proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH, foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial





**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

ou de fato PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- Que a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº. 002/2024, quanto a participar ou não da referida licitação;

- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Heliópolis – Bahia, antes da abertura oficial das propostas;

- Que a empresa não possui no seu quadro societário pessoas que tenham vínculo de forma direta ou indireta com o município, a exemplo de cargo de confiança (cargo comissionado), contrato temporário de prestação de serviços ou servidor efetivo; e

- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- Que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização do fornecimento a que se refere o PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH.

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima está sujeita às penalidades legais previstas no Artigo 299 do Código Penal, como também implicará na desclassificação do presente certame.

**(Município sede da empresa), \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.**

**Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa**

**(Cargo/Função)**

**Doc. de Identidade Nº \_\_\_\_\_**

**CPF Nº \_\_\_\_\_**

**(APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)**



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

## PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026

#### ANEXO VII

#### MINUTA DO CONTRATO

#### IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

**CONTRATANTE:** De um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n.º 13.393.178/0001-91, sito Praça José Dantas de Souza, S/N - Centro, CEP – 48.440-000, representado neste ato pelo Chefe do Poder Executivo, Senhor **JOSÉ MENDONÇA DANTAS**, residente e domiciliada nesta cidade de Heliópolis – Bahia, assistido juridicamente pelo Procurador Geral do Município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA:** Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Estadual Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Municipal Nº **XXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) **XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o Nº \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_, podendo ser encontrado(a) no endereço supracitado, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

#### CLÁUSULA PRÉVIA:

*As partes firmam o presente Contrato, decorrente da homologação da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Nº 003/2026 e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do pregão supracitado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.*

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de Materiais de Construção, Elétricos, Hidráulicos e Ferramentas, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social de Heliópolis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência**, PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH, mediante Autorização de Fornecimento emitida pela requisitante, de forma parcelada e contínua.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.3. A Proposta da CONTRATADA;

1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO.

2.1. Como condição para a manutenção deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter, durante todo o período de vigência todas as condições de habilitação exigidas na licitação. A **CONTRATADA** presta garantia para que os produtos sejam



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

entregues conforme as normas legais, de acordo com os limites de tolerância estipulados pelos órgãos oficiais de fiscalização, no que couber;

2.2. A **CONTRATADA** entregará os demais produtos solicitados no prazo estabelecido e será feito de forma imediata, de acordo com a necessidade do Município, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido; A **CONTRATADA** disponibilizará os produtos aos órgãos e entidades participantes através da AFM (Autorização de Fornecimento de Mercadoria), imediatamente, de acordo com os critérios previstos no ato convocatório.

2.3. Os órgãos e entidades solicitarão à **CONTRATADA**, por escrito, através de Autorização de Fornecimento de Material – AFM, e dentro do prazo de validade deste contrato, os produtos licitados de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos no Anexo I deste termo.

2.4. Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar este termo, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente AFM, quando do seu recebimento, a Administração poderá chamar os demais licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação, e propor a convocação do fornecimento dos produtos registrados pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e legislação cabíveis.

2.5. Este contrato estará sujeito às regras previstas na Lei Nº 14.133/2021, inclusive quanto ao prazo de vigência.

2.5.1. A alteração ou revisão de preços implica em reequilíbrio econômico dos preços das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

2.5.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do caput do art. 124 e art. 125 da Lei Federal Nº 14.133/2021, através de termo aditivo unilateral por parte da administração.

2.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre as partes pactuantes.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133/2021.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

3.1. O prazo de vigência da contratação terá o seu início quando da sua assinatura, ou seja, no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e seu fim no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

3.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO**

6.1. Dá-se a este contrato o importe de **R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**, pelos serviços executados constantes nos Itens, Anexo II deste contrato, conforme Proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA**, constantes no certame.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO**

7.1. O prazo para pagamento à contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do IPCA Amplo, mantido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) a ser solicitados pela **CONTRATADA**, que dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

8.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

8.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. São obrigações do **CONTRATANTE**, além das previstas no Termo de Referência:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.6. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.7. Cientificar a **Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXX** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A **CONTRATADA**, além das obrigações elencadas no Termo de Referência, deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA  
CNPJ: 13.393.178/0001-91

10.1.2. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6. A **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: **1)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** Certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **3)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e **6)** Certidão Negativa de Tributos Municipais;

10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.

10.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 26 de setembro de 2013.

11.2. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

### **Multa:**

I. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

II. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 0,5% (cinco décimos por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

III. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, § 9º, da Lei Nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Nº 14.133, de 2021).



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.9. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133/21.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Nº 14.133, de 2021).

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada.

13.2. O pagamento será efetuado mediante entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, respeitando os prazos a saber:

<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Ação</b>	<b>Classe Econômica</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
03.05 – Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças.	2.006 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos do Departamento.	3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo	15000000 – Recursos não vinculados de Impostos.
06.14 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.	2.057 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos – Infraestrutura.	3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo	15000000 – Recursos não vinculados de Impostos. 17040000 – Transferência da União referentes a compensações



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA  
CNPJ: 13.393.178/0001-91

			financeiras pela exploração de recursos naturais.
08.13 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	2.065 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos – Desenvolvimento Econômico.	3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo	15000000 – Recursos não vinculados de Impostos.
07.10 – Fundo Municipal de Assistência Social	2.039 – Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social;  2.040 – Manutenção da Proteção Social Básica SUAS	3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo	15000000 – Recursos não vinculados de impostos. 16600000 – Transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS. 16610000 – Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
04.01 – Fundo Municipal de Educação	2.011 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos – Educação  2.018 – Funcionamento da Rede de Educação Básica – Ensino Fundamental	3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo	15001001 – Recursos não vinculados de impostos destinado a despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino. 15500000 – Transferência do Salário-Educação 15400000 – Transferência do FUNDEB-Impostos e Transferência de Impostos.
05.09 – Fundo Municipal de Saúde	2.029 – Coordenação e Manutenção dos Serviços	3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo	15001002 – Recursos não vinculados de impostos destinado





**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

	Administrativos – Saúde.		a despesa com ações e serviços públicos de saúde.
--	-----------------------------	--	---

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133, de 2021, e demais Normas Federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133, de 2021.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

16.1. No curso da execução dos serviços, caberá ao **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo o acompanhamento, a aferição qualitativa e a atestação dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela **CONTRATADA**.

16.2. A fiscalização e acompanhamento da execução deste contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, o (a) Servidor(a) Sr. (a). **XXXXXXXXXX**, Matrícula Nº **XXXXXX**, CPF Nº **XXXXXXXXXXXXXX** designado pela **Portaria Municipal Nº XXX/XXXX**, neste ato denominado **FISCAL**, devidamente credenciado pela Administração, ao qual competirá acompanhar as negociações, desde o ato da assinatura deste contrato até o prazo final, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem neste curso, inclusive acompanhar o pagamento (vide cláusula nona), e de tudo dará ciência ao credenciante, conforme Art. 117 da Lei Nº 14.133/2021 e legislação complementar.

16.3. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do contrato.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

16.4. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal Nº 12.527, de 2011.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Heliópolis – Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Nº 14.133/21.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. E por estarem assim justas e acertadas, foi elaborado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas a tudo presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Heliópolis / Bahia, XX de XXXXXXX de XXXX.

**Prefeitura Municipal de Heliópolis**

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

**José Mendonça Dantas**

Gestor Municipal

Contratante

**Fundo Municipal de \*\*\*\*\* Heliópolis**

CNPJ Nº \*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

Gestor Municipal

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Contratada**

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026**

**ANEXO VIII**

**MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX / XXXX**

No dia \*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*\*, no (a) **MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.393.178/0001-91, localizada na Praça José Dantas de Souza, 02 – Centro, Heliópolis - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ MENDONÇA DANTAS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Heliópolis - Bahia, **RESOLVE** registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

**Fornecedor:**

**CNPJ:**

**Representante:**

**Telefone:**

**Email:**

**Endereço:**

Item	Quantidade	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total

Total: R\$ \*\*\*\*\*

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de preço e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de preço é até **\*\*/\*\*/\*\*\*\***, a contar do dia **\*\*/\*\*/\*\*\*\***.

**CLÁUSULA 1ª - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO:**

1.1 - Esta Ata não obriga o Município de Heliópolis a firmar contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições, além de que esta ata de registro de preços consiste em futura e eventual contratação, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1.2 - O preço estimado a ser pago ao Fornecedor acima, observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, através de transferência eletrônica em Conta do Credor.

1.3 – Os pagamentos devidos à Fornecedora serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo Contratado e esteja devidamente atestada a execução contratual, devendo ainda a Nota Fiscal discriminar os percentuais das despesas referentes a insumos e a mão de obra.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

1.4 – A conta do Credor deverá ser preferencialmente mantida em instituição financeira idêntica ao do CONTRATANTE.

1.5 – Em caso de impossibilidade do cumprimento do item 1.4, o credor ficará responsável pelas custas das tarifas bancárias em decorrência do pagamento.

1.6 - Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos.

#### **CLÁUSULA 2ª - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO:**

2.1 - A requisição dos bens ou serviços será formalizada pelo Município de Heliópolis mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE006/2026PMH**.

2.2 - O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA 3ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria do Município de Heliópolis, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

3.2 - Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

3.3 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

#### **CLÁUSULA 4ª - DO CADASTRO DE RESERVA:**

4.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

4.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.3 - O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.4 - Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.

4.5 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.5.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

4.5.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula 15ª; e

4.5.3 - Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

#### **CLÁUSULA 5ª - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:**

5.1 - Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo FORNECEDOR, parte integrante deste instrumento.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

5.1.1. Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às VENCEDORAS dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.

5.1.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

#### **CLÁUSULA 6ª - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados as condições dispostas na Lei federal n.º 14.133/2021, em especial:

6.1.1 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

6.1.2 - Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

6.1.3 - A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

6.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

6.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.8 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA 7ª - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**





**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

7.1 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal n.º 14.133/2021.

7.2 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal n.º 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

**CLÁUSULA 8ª - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

8.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado conforme o disposto na Lei federal n.º 14.133/2021.

**CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:**

9.1 - Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.2 - Fornecer os bens ou produtos no local de entrega previsto no Edital, acompanhados dos correspondentes termo(s) de garantia.

9.3 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

9.4 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.

9.5 - Como condição para Assinatura de Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;

**CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS:**

10.1 - Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.2 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

**CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

11.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

11.3 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### **CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

12.1 - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

#### **CLÁUSULA 13ª - DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

13.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que o inviabilize preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

13.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.3 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.4 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal n.º 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA 14ª – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

14.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

#### **CLÁUSULA 15ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

15.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

15.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a



**ESTADO DA BAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS**

Praça Jose Dantas de Souza, nº 02 Centro, Heliópolis-BA

CNPJ: 13.393.178/0001-91

entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.5.1 - Por razão de interesse público;

15.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

ou

15.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.

#### **CLÁUSULA 16ª – DO FORO**

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Heliópolis – Bahia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

**JOSÉ MENDONÇA DANTAS**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXX